INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A CRISE POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: O golpe de novembro de 1980

Armando Insala Cá

Mestrado em História Moderna e contemporânea

Orientadora: Doutora Ana Monica Fonseca, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Fevereiro, 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

A CRISE POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: O golpe de novembro de 1980

Armando Insala Cá

Mestrado em História Moderna e contemporânea

Orientadora: Doutora Ana Monica Fonseca, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Fevereiro 2025

Dedico este trabalho de conclusão de curso de Mestrado em História Moderna e Contemporâneo à minha querida mãe, Otinta Ié, ao meu pai N, tchala cá, e ao meu amado filho Lucca Casimira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter me proporcionado vontade, dedicação e superação nas dificuldades encontradas nos momentos iniciais desse curso.

Agradeço os meus pais e a minha orientadora, Professora Doutora Ana Monica Fonseca e sua família. Também pela mãe do meu filho e a sua família, que me apoiaram durante este difícil período de viver longe do meu amado filho Lucca Casimiro, bem como de os meus pais.

Eu não poderia deixar de fora destes agradecimentos os meus queridos irmãos Imelson, Matcho, Ernesto, Casimiro, Elisabete, Perdigão, Tinho, Miller, Benibel, Tamilton, Marciano, Libania, Kaino, Ricardo, Valeriano e Trindade.

Este também é extensiva aos meus amigos: Seco Fati, Hevellyn Prudente, Benvinda, Aminata, Ivanilson, Carlos, João Semedo, Jeremias, Marcos, Jorge, Raul, assim como aos demais mestres: Carolino, Veríssimo, Vera Rodrigues, Gledson, Janneatte, Leia, Cristina, Vania, Fernando Afonso, Maurilio, Victor.

E, por último, agradeço, todavia, este trabalho às minhas sobrinhas Elisabete Carlos Semedo, Carlota, Djuntai, Ema, Bayn, Helton, por todo o carinho que a mim têm oferecido no decorrer de suas vidas, que têm dado o ânimo necessário para que eu possa perseverar sempre os meus objetivos.

RESUMO

A crise de novembro de 1980 em Guiné-Bissau é aquela que foi originada pelo golpe de Estado no mesmo ano em que pôs fim ao projeto de união Guiné-Bissau/Cabo Verde. Este acontecimento é duplamente simbólico para o nosso propósito. Por um lado, ele pós fim termo ao papel político de primeiro plano dos cabo-verdianos, datando de vários séculos e, por outro lado, ele constitui um segundo entrave ao desenvolvimento da comunidade mestiça na Guiné-Bissau, sendo a primeira a independência em relação a Portugal. O objetivo deste trabalho é o de compreender as causas do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e o porquê de os guineenses colocarem fim ao projeto de união Guiné-Bissau/Cabo Verde. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica, que consiste na leitura dos livros, artigos e sites para a coleta de dados. O nosso trabalho pauta-se, do ponto de vista teórico, na literatura científica de Julião Sousa (2012), Tcherno Djaló (2012), Moema Parente Augel (2007), Leila Leite Hernandes (2005).

Palavras-chaves: Crise política; Guiné-Bissau; Golpe.

ABSTRACT

The crisis of November 1980 in Guinea Bissau is one that was originated by the coup in the same year and the ended the project of an union between Guinea / Cape Verde. This event is doubly symbolic for our purpose. On the one hand, it put an end to the political role of the foreground of Cape Verdeans, dating from several centuries. On the other hand, it constitutes a second barrier to the development of the colored community in Guinea-Bissau, the first being independence to Portugal. The objective of this work is to understand the causes of the coup of November 14, 1980, and why the Guinean put an end to union Guinea / Cape Verde project. The methodology is bibliographic research, which consists of reading books, articles and websites to collect data. Our work is guided, from the theoretical point of view, the scientific literature of Julian Sousa (2012), Tcherno Djalo (2012), Moema Parente Augel (2007), Milk Leila Hernandez (2005).

Key words: Political Crisis; Guinea-Bissau; Blow.

Índice

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO I - REALIDADE SOCIAL, GEOGRÁFICA E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE 12

1.1 Contexto Social E Geográfico Da República De Guiné-Bissau 12

1.2 Antecedentes Históricos: Guiné-Bissau Pré-Colonial 16

1.3 Declínio os Reinos da Guiné-Bissau e o Impacto do Tráfico de Escravos .. 17

1.4 Guiné: Colonial E Resistências (1885-1973) 19

1.5. Contexto Social e Geográfico da República de Cabo Verde 30

CAPÍTULO II – LUTA DA LIBERTAÇÃO E A CRISE POLÍTICA EM GUNIÉ – BISSAU 56

2.0 A Luta Pela Independência 56

2.1 A Crise Política e Económica na Guiné-Bissau de 1973 a 1980 62

CAPÍTULO III – CRISE POLÍTICA NA GUINE-BISSAU: GOLPE DE ESTADO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1980..... 69

CONCLUSÃO 88

BIBLIOGRAFIA 91

ANEXOS 96

LISTA DE SIGLAS / ACRÔNIMOS

ANOP ……	Agência Noticiosa de Portugal
ANP ……	Assembleia Nacional Popular
CSL ……	Conselho Superior de Luta
FARP ……	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FRELIMO ……	Frente de Libertação de Moçambique
MLGCV ……..	Movimento de Libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde
MLSTP ……	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe’
MPLA-PT ……	Movimento Popular de Libertação de Angola /Partido do Trabalho
ONU ……	Organização das Nações Unidas
P.A.I.G.C ……	Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDE ……	Polícia Internacional de Defesa de Estado

INTRODUÇÃO

Neste ponto, pretendemos explicar as motivações que nos levaram a escolher o presente tema para a monografia. Primeiramente, exploraremos a situação política da Guiné-Bissau, desde que ascendeu à independência, em 1973, até a sua separação com Cabo Verde, em 1980.

A primeira motivação tem a ver com os sucessivos golpes que assolaram a Guiné-Bissau, principalmente o último, datado de abril de 2012, que consideramos um dos piores ou aquele que mais afetou o país. Seus efeitos se fizeram sentir a todos os guineenses, tanto àqueles que se encontravam fora do país, como àqueles de dentro do país. A segunda motivação retrata a vontade de conhecer e aprofundar essa matéria que trata deste assunto, com o desejo de entender as realidades e problemáticas que marcaram a Guiné-Bissau, partindo do princípio de que o golpe de novembro de 1980 inicia uma sucessão de situações catastróficas ao país.

A terceira e derradeira motivação da concretização deste trabalho é o desafio lançado por Luís Inácio da Silva (Lula), a todos alunos dessa universidade (UNILAB), a se formarem e voltarem a dar contribuições de desenvolvimento a seus países de origem, dar continuidade à tarefa da luta já iniciada por seus compatriotas. E, para encarar esse desafio, é necessário entender o passado da Guiné-Bissau, lidar com o presente e prepararmo-nos melhor para o futuro.

A hipótese que se levanta aqui é de que a Guiné-Bissau pôs fim ao projeto de união Guiné/Cabo Verde, através de um golpe que, para os guineenses, seria uma segunda independência. Percebeu-se, então, que a infiltração do aparelho político-administrativo na Guiné-Bissau, pelos Cabo-Verdianos e mestiços guineenses, de uma forma ou de outra, se perpetuaram através das épocas e períodos históricos de modo radicalmente diferente com a dos guineenses; aliás, foram responsáveis pelos revides ou violência e, por razões históricas já evocadas, o seu papel de auxiliares e de burocratas da

administração colonial foi determinante na gestão administrativa da colônia, e são os membros desta mesma comunidade que constituíam a liderança do movimento armado de libertação nacional**.**

O objetivo geral deste trabalho é compreender as causas que serviram de detonador para o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e o fim do projeto de união Guiné/Cabo verde.

O mesmo comporta três objetivos específicos:

1) Entender por que os guineenses puseram fim ao projeto de união Guiné/Cabo Verde.

2) Procurar perceber, porque que os guineenses não confiavam nos funcionários cabo-verdianos e mestiços guineenses, que já faziam parte do aparelho administrativo colonial.

3) Buscar perceber quais as causas principais da crise política vivida depois da independência até golpe de Estado de 14 de novembro de 1980.

Neste trabalho, empregamos a pesquisa bibliográfica que, segundo Antônio Carlos Gil (2010), é feita através de material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, com base em material já publicado. Tradicionalmente, comenta o mesmo autor que, em virtude da existência de novos formatos de informação, esta mobilidade de pesquisa passou a incluir outros tipos de fontes como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Continua afirmando o mesmo, que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir, ao investigador, a cobertura de um assunto de uma forma muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar no campo de forma direta. Essa vantagem torna-se uma maneira importante quando o assunto de pesquisa e dados se encontram num país muito distante do pesquisador. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, senão com base em dados bibliográficos.

Para Gil (2010), todas essas vantagens da pesquisa bibliográfica a que nos referimos até agora, têm, no entanto, uma contrapartida que pode afetar em muito a qualidade da pesquisa. Muitas vezes, os livros, jornas, artigos etc. (as fontes secundárias) apresentam as informações ou dados coletados de forma errada. Assim, qualquer autor que fundamenta o seu trabalho nessas fontes tenderá a repetir os mesmos erros. Para evitar esses erros, convém aos pesquisadores ter conhecimentos sobre o assunto de forma vivida, e utilizar outras fontes para tentar descobrir possíveis incoerências ou condições, cotejando-as, cuidadosamente, (Gil, 2010). Nesse sentido, na nossa pesquisa, valorizamos mais a pesquisa bibliográfica pautando-se, especificamente, na literatura de Sousa (2012), Moema (2007), Tcherno (2012), Leila Hernandes (2005).

A interpretação dos dados coletados é feita à luz da História e da Sociologia, fundamentada na proposta de Leila Hernandes (2005), Julião Sousa (2012), Moema Parente Augel (2007) e Tcherno Djaló (2012). Analisando o livro de Elisa Pereira Reis, Renato Moseff Perissionotto (1999), observa-se que, para aquela autora, o melhor caminho para se compreender os fenômenos sócio históricos está em promover uma articulação ou relação permanente entre teoria sociológica e história, entre generalização e singularidade. A interligação entre a história e sociologia leva-nos a um resultado positivo, tendo em conta em função a forma como analisam e dialogam entre parâmetros estruturais e escolhas individuais a senha da relevância da explicação.

CAPÍTULO I - REALIDADE SOCIAL, GEOGRÁFICA E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

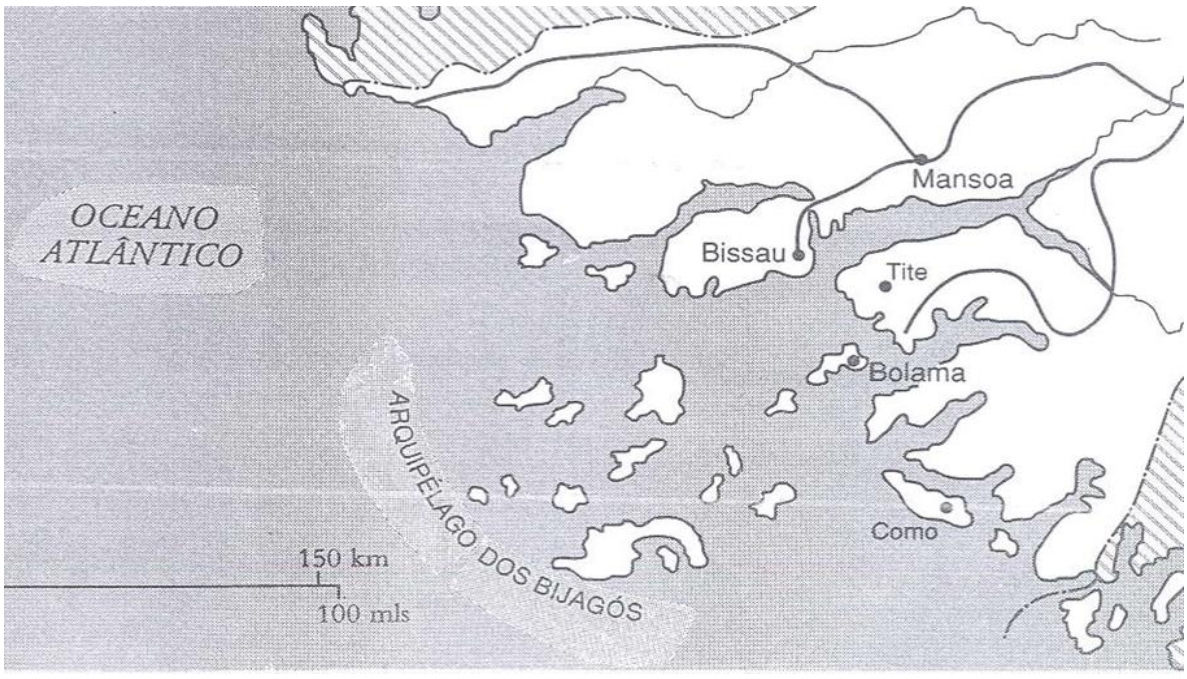
Este capítulo divide-se em três seções. A primeira apresenta a situação social e geográfica da República de Guiné-Bissau, focando nas questões de fauna, populações, grupos étnicos e religiões, como se apresentam hoje. A segunda apresenta a história da Guiné-Bissau nos períodos pré-colonial e colonial, salientando os do declínio dos reinos, o impacto do tráfico negreiro e da escravidão, e a colonização nessa região.

1.1 Contexto Social E Geográfico Da República De Guiné-Bissau

Segundo Moema Parente Augel (2007), a República da Guiné-Bissau situa-se na Costa Ocidental africana, tendo como fronteira, ao norte, o Senegal, e, ao Sul, a República da Guiné-Conacri.

Tem a maior parte do território formada por terrenos baixos e pantanosos e possui um litoral formado por mangues que incorporam o Arquipélago dos Bijagós, que tem como superfície uma área total 36.125 quilômetros.

A parte ocidental é ocupada pelas selvas e florestas. O território continental é cortado por rios caudalosos como o Geba, o Cacheu, o Corubal, o Mansoa, o Rio Grande de Buba e o Rio Cacine, todos com inúmeros braços, (MOURÃO, 2009, p. 23-24).



De acordo com Augel (2007, p. 50), a população da Guiné-Bissau é considerada, conforme último censo, com cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes, e dispõe cerca de 30 diferentes grupos étnicos, distribuídos por regiões administrativas, cada um deles podendo acolher mais de uma etnia e ter predominância de um ou mais grupos étnicos, a saber: Oio por Balanta e Mandingas, Biombo por Pepel, Gabú por Fula, Cacheu por Manjaco e Bafatá por Fula e Mandinga, (MOURÃO, 2009, p.24). Em termos percentuais, temos: Balantas 32%, Fula 21%, Manjaco 14%, Mandinga 14%, Pepel 7%.



Figura: Mapa da Guiné-Bissau

A língua oficial é o português, e é falada por menos de 9% da população. O crioulo é a língua mais discorrida nos meios urbanos guineenses e é difundida em todo o país. As línguas étnicas persistem serem faladas no seio de cada etnia. Sobressaem-se o Balanta (cerca de 245.000 falantes), a Fula (200.000 falantes), o Mandinga (100.000 falantes), o Manjaco (80.000 falantes), o Papel (72.000 falantes), o Beafada (20.000 falantes), o Bijagó (20.000 falantes), o Mancanha (19.000 falantes), o Felupe (15.000falantes), o Nalu (4.000 falantes), (AUGEL, p. 410).

´´Quanto à religião, o que se percebe é que, a ligação entre o visível e o invisível, o natural e o sobrenatural para os guineenses, têm uma grande importância, porque permite uma comunicação com o sagrado, proteção dos antepassados e na África, em geral. Principalmente nas zonas rurais (mas não só), no total da população do país, 54% são incluídos na categoria de adeptos das religiões chamadas tradicionais, cuja crença está baseada no culto dos antepassados, das forças da natureza e no poder da espiritualidade. Há acerca de 38% de muçulmanos, entre os quais as fulas e mandingas são os mais numerosos, e uma minoria cristã correspondente a cerca de 8% da população, concentrados nos núcleos urbanos, sobretudo, na capital. Não há extremismos nem fundamentalismo no país, e a miscigenação tanto religiosa como étnica é muito grande´´ (AUGEL, 2007, p.92).

A ligação do povo guineense, principalmente com o africano, entre o palpável e o impalpável, o natural e o sobrenatural mostram exatamente como são preservadas as religiões tradicionais. Com tudo, foram forçados a praticar outras religiões estrangeiras, e nem por isso deixaram de ter como seu principal culto, a comunicação com os seus ancestrais, pedindo proteção às famílias e entregando as suas vidas na guarda destes. Os restantes 8% dos cristãos são, em sua maioria, praticantes duplicados, o que quer dizer que são cristãos aos domingos e praticante da religião tradicional durante a semana.

Conforme Augel (2007), as sociedades agrárias guineenses são constituídas etnicamente, isto é, o princípio determinante da organização interna é o parentesco. O culto aos antepassados assume, por isso mesmo, um papel proeminente na cultura religiosa. As principais etnias que praticam a religião tradicional africano são: Balanta, a Pepel, a Mancanha, a Manjaca, a Felupe e a Bijagós; ninguém consegue transformar a ideologia radical religiosa dessas assinaladas pelo autor. Embora haja diferenças entre elas, há uma base comum que é, além da crença em um Deus onipotente e criador, o culto aos ancestrais, a crença na reencarnação e nas forças da natureza. Como Deus está muito longe dos mortais, é necessária uma intermediação, e as forças espirituais que exercem essa ponte entre o divino e o humano são os Irans (AUGEL, 2007. p. 92).

> Irã ou Iran é um termo guineense derivado de erande, empréstimo da língua dos Bijagó, e tem o significado de espírito inferior a Deus, isto é, encerra um sentido profundo de respeito ao supremo ser divino e que não entra em choque com a dimensão monoteísta das grandes religiões. O termo cobre todos os seres e símbolos

> da religião tradicional africano-guineense. Apesar de não ser certamente o único motivo, o uso do termo redutivo “irã” tem influenciado na capacidade de os cristãos e muçulmanos dialogarem com o mundo da religião tradicional africana e de perceberem todas as suas distinções entre Deus e as categorias dos antepassados e dos outros espíritos, (AUGEL,2007. p. 94).

Para Augel (2007), as autoridades espirituais são, consequentemente, de maior importância e gozam de grande prestígio. Em destaque o Djambakus e o Balobeiro (Balobeiro) que, religiosamente, são tidos como pessoas intermediárias que permitem uma ligação e interpretam a vontade dos espíritos.

´´O Djambakus (também Djambacós ou Djambakós) seria mais uma espécie de curandeiro e adivinho, considerado um homem sábio e bom conselheiro, que sabe diagnosticar a origem dos problemas, mas também das enfermidades; tem capacidade de tratá-las e também de desviar feitiços e mau-olhado; nem sempre, e em certos casos, muitas vezes, alguns tornam-se incapazes de desviar e curar essas enfermidades inventando outra situação, alegando ser uma pessoa da família ou vizinho que a pus acabando, assim, por criar uma intriga dentro da família ou entre vizinhos. É muito frequente a consulta ao Djambakus para um tratamento de saúde; e, o emprego de ervas e outros mezinhos (medicamentos) atestam, muitas vezes, grandes conhecimentos da medicina tradicional e dos segredos da arte de curar. Alguns se especializam em certos males, por exemplo, podem ser famosos por terem sucessos no tratamento de fraturas ou outros problemas ortopédicos´´ (AUGEL,2007. p. 94).

Esse assunto está sendo misturado pelo autor, um Djambakós, com certeza, pode ser curandeiro, mas não significa que todos Djambakós são curandeiros. Curandeiro é uma pessoa que tem um conhecimento claro de medicamentos tradicionais e sabe aplicá-los, e pode ainda, ser uma pessoa comum, do povo. A diferença entre um Djambakós e um curandeiro, é que o primeiro pode ser também um curandeiro e sempre porta uma bolsinha, quando tem conhecimentos de remédios tradicionais, enquanto que um simples curandeiro não a porta, sem contar eu, para tornar-se um Djambakós há que se fazer uma cerimônia onde se permite a ele se tornar realmente um curandeiro, e será ensinada a ele, todavia, uma técnica onde receberá também essa bolsinha que, para alguns, sem isto, deixa praticamente de ser um curandeiro verdadeiro, devido ao exercício desta prática não ter uma comprovação válida, tanto científica como tradicionalmente, pelas

populações. Somente depois de realizada tal cerimônia é que este curandeiro Djambakós terá bolsinha em baixo do ombro para poder esconder as coisas que ele supostamente tira no momento da cura ou atendimento a pacientes, (AUGEL, 2007. p. 94).

Augel (2007), mostrando a diferença de status em que vivem os Djambakus e curandeiros e outros especialistas populares de saúde física e espiritual na Guiné-Bissau, e com o Sangomas da África do Sul, diz que na Guiné-Bissau esses especialistas não têm nenhum *status* oficialmente reconhecido. Pelo contrário, apesar de serem, até hoje, muito bem procurados pela população, são vistos como representantes de um sistema dos antepassados que não tem uma comprovação científica, e trata-se de uma prática tradicional com um ensaio de especialização de engano, operando ao lado da medicina moderna que, mesmo sendo muito deficiente e ausente, arvora-se a manter o monopólio da arte de curar.

O que aconteceu na África do Sul, como bem sabemos as realidades de dois países são diferentes, e as práticas religiosos tradicionais africanas são da mesma maneira muito diferentes em cada região ou até as étnicas, grupos, aldeias e países. Às vezes, as coisas se parecem, mas não são iguais, porque o que acontece é que os curandeiros ou Djambacus, na Guiné-Bissau, na maioria deles, não fazem os trabalhos com clareza e acabam, às vezes, colocando as pessoas em intrigas. Este fato é conhecido pela grande parte das pessoas, as vezes conhecimento sobre este fato exige o envolvimento nas coisas tradicionais por exemplo: ser circuncidado ou pertencer uma das etnias mais praticado desse costume, e posso afirmar que a falta da clareza desta prática é uma das caraterísticas evidente para a maioria, não a todos, e essa pode ser uma das razões de não haver ainda um estatuto aprovado pelo governo, que regule esta matéria (AUGEL, 2007. p. 94).

1.2 Antecedentes Históricos: Guiné-Bissau Pré-Colonial

A África, antes da chegada dos europeus, já se encontrava bem-organizada e administrada pelos reis, em diferentes reinos e impérios. Com territórios bem limitados e com estratégia de guerra bem-organizada, com guerreiros de tantos poderes e forças, que denotava disciplina e respeito total aos seus reinos. Alguns desapareciam e foram

conquistados pelos outros reinos; foi exatamente o que aconteceu com o famoso e vasto Império de Mali, onde fazia parte a atual Guiné-Bissau

Para Carlos Lopes (2012), o país, geograficamente conhecido como atual Guiné-Bissau, localizado entre o Senegal e a Guiné-Conacri, na África Ocidental, fazia parte do que integra o reino de Mandinga de Kaabú que, historicamente, quase se confunde com um dos reinos mandingas, etnia muçulmana, vinda do alto de Níger, que durou setecentos anos, que começou com o vasto Império de Mali, fundado pelo famoso guerreiro Mandinga Surdia-ta Feita, no século XIII.

A sua capital se localizava exatamente no interior da atual Guiné-Bissau, Kaabú. Com o transcorrer do tempo se transformou, por si só, num Império, com uma autoridade política que se alastrava para o norte e para o leste, até a região de Casamance (a região que se acha no limite entre Guiné-Bissau e Senegal, os dois países disputam esse território, e um grupo de rebeldes que se designava rebeldes de Casamance), e mais ao norte até Gâmbia; a influência também se estendeu ao sul, para partes da moderna Guiné-Conacri. Kaabú desintegrou-se na segunda metade do século XIX em decorrência de uma crise política doméstica e da crescente pressão externa de potenciais colônias europeias, aspirantes franceses na região de Casamance no Senegal e na Guiné-Conacri, os britânicos em Gâmbia e os portugueses na Guiné-Bissau. Assim, estes quatros países têm um vínculo histórico cultural bem ligados entre si, (LOPES, 2012).

1.3 Declínio os Reinos da Guiné-Bissau e o Impacto do Tráfico de Escravos

A escravidão e o tráfico são alguns fenômenos históricos que nos ajudam a entender as transformações históricas da região da atual Guiné-Bissau.Carlos Lopes (1995), este fenômeno deixou raízes densas, bem como estigmas que se delongam e obscurecem até hoje os africanos que não conseguem apagar estas cicatrizes. A escravidão inspirou-se nas bulas papais “Dum Diversas” de 1452 e “Romanus Pontifex” de 1455, que deram o direito aos Reis de Portugal de despojar e escravizar eternamente os maometanos, pagãos e povos pretos, em geral. Para o autor, a “Dum Diversas” estipula claramente o direito de invadir, conquistar, expulsar e travar lutas aos infiéis e aos inimigos de Cristo, onde quer que eles se encontrem.

Daí a intervenção divina de que terra não cristianizada, ou que pertencesse ao não cristão, era terra de ninguém; ia a um passo que os missionários não se acanhavam em promulgar, com o princípio da “terra nullius”. No fundo, apenas mais uma aplicação da missão “Dominador (Dominus)” imposta a quem não era reconhecida a existência política.

De acordo com Augel (2007), nos primitivos momentos da estadia dos navegadores portugueses, a mão de obra era mais importante. Portanto, o escravo era o bem mais valioso ao alcance dos navegadores, enquanto não descobrissem os caminhos para o metal amarelo, e era pelos escravos que os portugueses desciam nas praias africanas. Baseando-se em Costa e Silva, aquela autora lembra a crônica da descoberta e conquista da Guiné, de Eanes Gomes Zurara (1841), que transformara essas viagens em “feitos da honra e coragem”, e até lhes empresta bandeira de cruzada, quando o motivo principal teria sido “a preia de escravos, e nas quais as maiores façanhas eram a caça à gente desprevenida ou fracamente armada.

Narrando sobre os processos históricos do tráfico, Augel (2007) escreve que o Império de Kaabú, mais tarde, ultrapassou o Império de Mali em importância, pois o eixo de atração econômica da África Ocidental se deslocou cada vez mais em direção ao litoral e, de imediato, os portugueses perceberam que era mais vantajoso negociar diretamente com a família real de Kaabú do que Mali, porque Mali já não oferecia a importância que o outro oferecia. As relações entre D. João II (1481-1495), e os demais reis que o sucederam, e os chefes africanos regionais, atestaram a importância daquele reino, sendo o monarca de Kaabú o maior vendedor de escravos daquela parte do mundo.

> Já que o Império oferecia condição boa para tal prática, Portugal se limitou por muito, quase exclusivamente a se servir da região como ponto de apoio para o comércio escravista ao longo da costa ocidental africana, vendo-a como um Império comercial e não como a colônia de assentamento própria para a agricultura, como o foram Angola e Moçambique. No século XVI, foram instaladas algumas feitorias ao longo do curso do rio de São Domingos e do Rio Grande. Com as sucessivas viagens de navegadores portuguesas na área, no final do século, criou-se a companhia de Cacheu e de Cabo Verde, tendo como objetivo principal o tráfico de escravos. No século XVII, os contatos entre os reinos de Kaabú e os entrepostos comerciais

> portugueses de Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim eram regulares. (AUGEL, 2007. p. 53).

Para Augel, (2007), baseando-se em Mendy e Pélissier, no final do século XVI, em pleno, o crescente florescimento do comércio escravista contribuiu decisivamente para a separação dos reinos do Oeste africano, o que facilitou a ação dos colonialistas portugueses. Esses introduziram novos produtos, tornando o comércio mais lucrativo, e conseguiram, com isso, incrementar desavenças e rivalidades étnicas. Entretanto, quando se observa o desenvolvimento histórico da região, constata-se que o impacto da administração colonial, com seus efeitos desagregadores, só se deu, de facto, a partir do século XIX e início do XX, e necessitou de uma acentuada presença militar como apoio ao colonialismo sistemático para poder impor-se pela força violenta da repressão. Com enfraquecimento do tráfico escravista e a diminuição do comércio triangular entre a África, a Europa e as Américas, Portugal passou a dedicar-se com afinco à conquista territorial preocupando-se, também, para que os entrepostos comerciais fossem cada vez mais numerosos e ativos (AUGEL, 2007. p. 53).

1.4 Guiné: Colonial E Resistências (1885-1973)

Leila Leite Hernandes (2008) escreve que, no fim do Século XIX, a África viu-se assistida por uma guerra de interesses entre as potências europeias. A conferência de Berlim foi feita (1885) em torno da discussão sobre a África, principalmente pela rivalidade da bacia de Rio de Congo. As potências europeias se reúnem sem a presença de nenhum representante africano, assim, saiu uma decisão de divisão e ocupação da África e a liberação de livre comércio na bacia do Rio de Congo. As fronteiras foram definidas e as ocupações tornaram-se efetivas, as colônias deveriam ser ocupadas militarmente; as coisas pioraram para os africanos. Em resumo, é muito difícil discordar que a Europa tem uma grande dívida com a África pela escravidão no Atlântico, pela partilha do continente e pelo violento colonialismo e suas heranças, que constituíam obstáculos para a construção de uma longa estrada de embate à difícil situação e às extremas desigualdades, assim como de enfrentamento dos vários conflitos presentes no continente.

Para Hernandes, Portugal, sem dúvida, foi para corrida com o seu frustrado interesse da conquista do "mapa cor-de-rosa", anunciado em outubro de 1883 e materializado em 1886. Esse projeto pressupunha a ligação de Angola à Moçambique, do Atlântico até o Índico, abrangendo quase todo território das atuais Zâmbia e o Zimbábue numa só província, a "Anglo-moçambicana". Acresça-se aí o fato de ter sido Portugal o último país a ser convidado para a Conferência Geográfica de Bruxelas, o que melindrou e alarmou, sobremaneira, os portugueses interessados na África, (HERNANDES, 2008).

Em conformidade com Augel (2007), a Guiné-Bissau fez parte do vasto império marítimo português. Como Angola, Moçambique, o arquipélago de Cabo Verde e as ilhas de São Tomé e Príncipe, a experiência dessa longa dominação colonial e da luta anticolonial, está presente na memória coletiva e, mesmo para a grande parte da população, na memória individual dos guineenses.

As confrontações armadas e sangrentas que se constataram entre os africanos e os portugueses desde o início da presença lusitana no território, estão fortemente documentadas. E, apesar de ter-se observado, também, colaboração com o invasor, a hostilidade contra as reivindicações do estrangeiro a exercer "direitos exclusivos" foi por parte de todas as etnias, mas tem-se notado mais a presença de uma etnia chamada fula, que nos primeiros momentos se ofereceram, voluntariamente, a colaborar com os portugueses, alegando que o adversário tinha uma superioridade material e militar". Contavam, todavia, com os cabo-verdianos que se transformavam em funcionários coloniais e passavam a exercer um enorme poder para castigar todos os indígenas que não respeitavam ou não obedeciam ao recrutamento forçado de trabalho gratuito para a construção e manutenção de estradas, pontes, edifícios do governo e residências, escolas e hospitais. À disposição deles estava uma força cruel paramilitar, conhecida como cipais, que prendiam e administravam as punições, e aterrorizavam a população rural, em geral.

Durante um vasto período (a partir do século XV até, sobretudo, na metade do século XIX), foram os portugueses que pagaram tributos e outras taxas aos monarcas locais, inclusive uma taxa de residência.

Os Pepeles (Papel), habitantes da região de Bissau recusaram, sempre, qualquer submissão, não se tendo considerado nunca súditos do regime invasor. Os esforços e sacrifícios enfrentados pelos colonizadores para realizar a posse do território foram

imensos e, na memória coletiva dos portugueses, são interpretados como heroicos e justificados.

Quando Faustino Duarte, funcionário do Estado português, romancista de repercussão em sua época, refere-se a Guiné, retrata-a como a terra temida entre todas as outras, mal-afamada, o inferno de África, só boa para degredados, (AUGEL, 2007. p. 56).

Contudo, “seria uma distorção da história dar impressão de que a resposta dos africanos à intromissão dos portugueses seria, em toda a parte, de firme oposição”. Paralelamente à tradição de resistência, coexistiu a tradição da colaboração. E, desde os primeiros tempos houve ambos os lados da medalha: a hostilidade e a hospitalidade, a reação e a submissão, o compromisso e a revolta.

Afirma Carlos Lopes (1987), que as repressões violentas impostas pelos europeus para conter aos africanos foi o mesmo em todos os regimes coloniais, vistos sempre como inferiores, e não civilizados, tratados com falta de respeito, brutalidade e violação aos direitos humanos básicos. O regulamento de trabalho dos “indígenas” era severo e cruel, estando-se dispostos a todo o custo a “castigar o gentio rebelde”; também a cobrança de tributos e impostos era exorbitante e arbitrária, os africanos sendo, sistematicamente, cada vez mais excluídos de suas prerrogativas políticas, sociais e econômicas, e tudo isso em nome da “missão civilizadora. É importante ressaltar que em outras colônias africanas se verificou, por exemplo, em colônias britânicas, Joseph Chamberlain, o secretário da colônia, afirmar, em 1895, que não se podia ‘fazer uma omelete sem quebrar ovos’, também o governador francês da Costa de Marfim, Louis-Gabriel Agoulvant, fazia uma declaração mais cruel em 1908, que dizia ser impossível evitar, e até ser prazível ver alguns indígenas mortos.

Como afirma Elikia, M`bokolo (2007), durante muito tempo, os historiadores do período colonial interessaram-se, principalmente, pelo sistema administrativo, econômico e social criado pelos europeus e, eventualmente, pelas suas consequências sobre os africanos. Vê-se, por outro lado, que a história colonial é, antes de mais nada, a da notável continuidade de uma tradição, a resistência dos povos e as usurpações e as lógicas estatais de invasão, de dominação e de exploração, que se repetiam desde há séculos. Entretanto, a colonização se multiplicou numa escala sem precedentes. Perante

este fenômeno, os africanos deram mostras para contestar esse sistema, que variavam desde a recusa individual até aos motins regionais, desde reação imediata a um dos efeitos da colonização até a vontade profunda de mudar esta condição. A resistência era ou ativa, local ou alargada, e eclodia em meio rural ou urbana, assumia formas antigas ou modernas, e colocavam-se no terreno econômico, social e político, sem excluir o religioso.

Para M´bokolo (2007), as resistências populares tradicionais caracterizavam-se com ações praticamente isoladas e se verificavam mais na segunda fase. Os africanos tinham como a única alternativa as resistências passivas, devido à falta de materiais, restavam-lhes a recursos do sistema pela passividade que nas maiorias dos casos consistia em abandonar aldeia, fugindo da submissão às leis dos colonizadores, recusavam de trabalhar como carregadores ou produzirem as culturas obrigatórias. Eram obrigados a carregarem os produtos aprendidos pelos europeus e os impostos que são cobrados.

Durante essa época uma das resistências que se verifica é a resistência ativa, que é uma resistência imediata, que sempre tinha como escalão a revolta espontânea facilidade, de pequena dimensão. Tal como a resistência passiva, trata-se também, de movimentos epidêmicos, recusa de uma das consequências da colonização mais do que da colonização propriamente dita, resistência desorganizada em que o grupo age mais por contágio, oportunidade, solidariedade, do que por estratégia, com um objetivo imediato e palpável, sem profundidade, de campo, sem ideologia nem conteúdo político explícito, sem uma real consciência do alcance da ação empreendida.

Quando essas resistências aconteciam numa aldeia, faz com que geral ou chefe do comando em resposta a essa resistência, em maiorias dos casos, abria uma grande escala de terror no sentido de criar medo e respeito as leis. Essas repressões dos europeus perante as resistências populares, nomeadamente quando assumiu um aspeto ativo, tive que desencadear uma repressão sangrenta: mobilização de tropas, envio de comandos às aldeias, uma vez por outra radiares aéreos destinados a aterrorizar as populações, cercos de zonas, incêndios de campos e de aldeias, caça ao homem, execução de insurretos a quem se de capotavam as cabeças para exibir em público, deportação de legiões de prisioneiros.

Para M´bokolo (2007), a resistência dos africanos em torno da religião, tanto tradicional como cristã, é vista como espetacular, porque os africanos conseguiram transformar a religião que os europeus trouxeram para África, a arma do colonizador virou-se contra ele. Se o cristianismo advogava a igualdade entre os homens, a necessidade de uma verdadeira fraternidade, baseada no fato de que Deus não fazia nenhuma distinção entre eles, ora, ao mesmo tempo, a colonização apoiava-se numa flagrante desigualdade e era justificada no avanço a uma pretensa superioridade da raça branca.

Assim sendo, a integração profunda dos valores e da mensagem do cristianismo deveria, necessariamente, levar os africanos a constatarem uma dicotomia, constatação essa que se traduziu inicialmente por uma rejeição religiosa dos europeus, então considerados como maus cristãos. E, os missionários africanos pegaram a bíblia cristã e a transformaram em palavras de deuses africanos, o que nunca deixou de ser impressionante.

A historiografia africana tem tendência a conferir um grande lugar aos intelectuais, em geral a alguns homens em particular, atribuindo-lhes um papel demasiado importante na marcha para independência, omitindo a função única e insubstituível dos povos, sem os quais nada teria acontecido. As chamadas elites modernas têm, também, um importante peso na resistência à colonização e, seguidamente, no combate a favor da independência. É, porém, evidente, que as suas contribuições não foram desprezíveis, nomeadamente na tomada da consciência dos desafios em causa, no contributo em termos de ideologias e da passagem da luta contra o colonizador, a luta pela liberdade.

De acordo com Terence O. Ranger (1969), existe um conjunto de pesquisas feitas durante essas duas décadas, são sérios detalhes eruditos que revelam três postuladas doutrinas, mostrando as suas verdadeiras essências. Em primeiro lugar, afirmou-se que a resistência africana era importante, já que provava que os africanos nunca se haviam resignado à “pacificação” europeia. Em segundo lugar, sugeriu-se que, longe de desesperada ou ilógica, essa resistência era, muitas vezes, movida por ideologia racionais e inovadoras. Por fim, em terceiro, argumentou-se que os movimentos da resistência não eram insignificantes; pelo contrário, tiveram consequências importantes em seu tempo, e têm, ainda hoje, notável ressonância.

A autora Augel (2007), afirma que o período de 1913 a 1915 foi marcado por um recrudescimento da "pacificação", levada a efeito com invulgar violência pelo comandante Teixeira Pinto, nome ainda hoje gravado na memória popular. A ilha de Bissau e a área que hoje constitui a capital guineense estavam firmes nas mãos da etnia dos Pepeis que fizeram hostilização acirrada até 1915, quando foram vencidos. O mesmo ano marca o término dessa campanha de pacificação, que ficou marcada com a captura e desafio de regulo de pepel de Bissau (atual cidade de Guiné-Bissau) que, durante a interrogatória, teria dito ao conquistador, o capitão João Teixeira Pinto, que odiava os brancos e nunca se renderia, e que, se viesse a morrer e no outro mundo encontrasse brancos, declararia guerra contra eles. Perante essa declaração desafiadora, o capitão de imediato a condenou à morte. De acordo com relato de um advogado cabo-verdiano, Loff de Vasconcelos, amarraram e mutilaram-no, arrancaram seus olhos e enterraram-no vivo, a sua mulher grávida também foi morta com um tiro.

Esses são fatos que testemunha o imutável costume dessa etnia, conheço e pertenço, nunca aceitam a se entregar ao invasor, e muito menos quando se fala à frente da sua mulher; prefere a morte em glória o seu valentíssimo do que ser considerado covarde.

Continua afirmando Augel (2007), que os cronistas da época atestam o regulo e a valente altivez dos soberanos papeis. A localização geográfica desse grupo étnico, como a dos Manjacos, ao longo da costa, deu lhes possibilidades de negociação com os portugueses, tendo seus reinados acumulado grandes riquezas e poder, mudando diversas vezes de estratégia, ora colaborando com o invasor e permitindo que estes edificassem forte em Bissau, ora hostilizando-os, restringindo-lhes o raio de ação a essa única cidadela fortificada e exigindo-lhes o pagamento de tributos.

Ainda o autor, baseando-se em Mendy, regista comentários dos cronistas da época: "nenhum respeito, ("nenhum temor" pelos portugueses aos quais era permitido "arvorar as bandeiras de vossa majestade" somente porque pagavam tributos ao "Rei negro", que era quem, de facto, fazia a lei na povoação, resolvia as disputas e impunha multas, enquanto o governador português era um "mero espectador"), (MENDY, Apud AUGEL, 2007, p.58).

´´A radicalidade dos Reis ou régulos papeis, os primeiros habitantes da atual cidade de Bissau, nunca temiam e nem tinham um mínimo de respeito aos colonizadores, aliás, odiavam os brancos e, muitas vezes, declaravam claramente esse ódio a eles, nos primeiros momentos até cobravam os atributos, e eles pagavam aos Reis ou régulos negros papeis, que fazia a lei na povoação, resolviam problemas e impunha multas, enquanto os colonizados permaneciam como espectadores, e nem gozavam nenhum direito, a não ser o de arvorar as bandeiras deles´´(AUGEL, 2007. p. 58).

De acordo com Augel (2007), a capital da metrópole portuguesa tinha uma ligação direta com as províncias ultramarinas e isolada do resto do mundo. Em 1930, Antônio de Oliveira Salazar, quando era ministro das colônias, idealizou aquilo que se chama de ato colonial, ou seja, consolidar um colonialismo centralizador, seguindo a convicção de que as colônias existiam em função do enriquecimento da grande burguesia metropolitana. A partir de 1940, Bissau transformou-se na capital, substituindo Bolama que, na época, se encontrava em franca decadência. A nova capital teve um surto de desenvolvimento e de modernização urbanística, ficou conhecida como a mais bonita cidade do império português ultramarino. Em 1951, a então colônia tornou-se Província Portuguesa de Ultramar.

De acordo com Rosas (1996), Estatuto dos indígenas Estatuto político, civil Criminal dos indígenas, aprovado pelo decreto número 16473, de 6 de fevereiro de 1929. (sendo ministro das colónias, Bacelar Bebiano), e o Estatuto dos indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique consoante do DL n° 39 666, de 20 de maio de 1954 (sendo ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues). Originalmente, o Estatuto de 1926 apenas se aplicava a Angola e Moçambique, as duas grandes colónias onde o problema tem maior amplitude e exige mais cuidado, mas as duas disposições tornaram- se extensivas à colónia da Guiné e os territórios das companhias privilegiadas de Moçambique e Niassa pelo Decreto n° 13698, de 30 de março de 1927. Coube-lhe enunciar os troços essenciais e permanentes do regime, considerando meramente teórica a equiparação geral do indígena Ultramarino ao europeu ensaiada sob a monarquia liberal. A experiência demonstra que o fim geral de civilização e nacionalização a atingir nas colónias exigia uma organização que atendesse às próprias condições de existência de indigenato, ou seja, impunha uma criação de uma dualidade de Estatutos pessoais, assente na distinção fundamental entre cidadãos e indígenas (ROSAS, 1996.p.320).

Traduzia se, sobretudo, quanto aos direitos civis família e, sucessões e propriedade), na ressalva dos usos e costumes próprios dos indígenas; quanto aos direitos políticos, na manutenção das instituições políticas tradicionais e nas inexistência de direitos em relação a instituições de carácter europeu; quanto ao direito do trabalho, na enunciação dos princípios da liberdade contratual, da renumeração dos trabalhos e do trabalho compelido para fins públicos; quanto ao direito criminal, previa aplicação das penas do código penal português, tendo na devida atenção o estado e civilização dos indígenas e os seus usos e costumes; na administração da justiça, estavam sujeitos a foro privativo. Em 1929, este regime foi objeto de algumas alterações formais, com o intuito de melhorar a sua execução administrativa e judiciária, a viabilidade dos juízos e processos, o Governo decidiu promulgar em novo diploma com toda a matéria, foi o estatuto de 1929, que vigoraria até 1954. Entretanto, em 1930, os mesmos princípios sobre política indígena foram expressamente consagrados no título II do Ato Colonial e, a partir da constituição de 193, passaram a ter força constitucional. Tais princípios foram desenvolvidos por outras normas (sobretudo, o código do Trabalho dos indígenas das colónias portuguesas da África. Todas as alterações levaram à provação de um novo estatuto, em 1954. Embora tenha mantido o núcleo do regime que vinha de 1926, o novo estatuto, aprovado pelo governo em 20 de maio de 1954, obedecia à filosofia da assimilação que enformara a revisão de 1951. As mudanças mais significativas foram a acentuação da natureza provisória do indigenato (cujas instituições de natureza política tradicionais deveriam, ademais, conjugar se com as instituições administrativas do estado português), a enumeração dos requisitos de extinção da condição de indígena e aquisição de cidadania portuguesa (com a consequente eliminação da categoria dos assimilados) e uma reformulação do conceito de indígena que, mantendo a fator étnico quanto aos indivíduos da raça negra ou seus descendentes. Acentuou o fator cultural, ao aceitar como critério já não a integração do indivíduo no grupo tradicional, mas sim a sua integração no grupo dos cidadãos portugueses, ou seja, no grupo europeu (pelo que o regime do indigenato continuaria a aplicar se aos chamados destribalizados (ROSAS, 1996.p.322).

O estatuto dos assimilados era empregado, em prática, com muita rigidez, diferenciava e discriminava aqueles que eram analfabetos (que não sabem ler, escrever e nem falar português, assim também, o crioulo). Os civilizados eram aqueles que falavam minimamente o português ou, pelo menos, o crioulo, e tinha adquirido hábitos urbanos e tinham uma escolarização.

Reinava a insatisfação na cara dos guineenses acerca de aparente consolidação do poder colonizador, o que não passava despercebido, e foram em vão as tentativas de aliciar o povo a partir de benefícios a alguns régulos e de certo afrouxamento da severidade dos governadores e, concomitantemente, o alastramento dos tentáculos repressivos da polícia secreta, a famigerada PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado); a maioria dos elementos que faziam parte dessas polícias são guineenses que decidiram colaborar com os colonizadores, culminando com a iniciativa já improdutiva de uma ação que visava, face aos fracassos militares, aliciar a população, abrandando (aparentemente) a repressão, libertando presos políticos, tentando de todo modo fazer frente ao Partido africano para independência de Guiné e Cabo Verde ‘’PAIGC’’, (o partido da libertação) na época clandestino. O clima para a reação anticolonial organizada tornava-se cada vez mais propício (AUGEL, 2007, p.59).

Segundo Augel (2007), os portugueses sentiram pressão de que, na verdade, as revoltas feitas pelo PAIGC estavam se tornando cada vez mais séria. O General Antônio de Spínola, Governador e comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné, de março de 1968 a setembro de 1973, conseguiu a execução do referido programa “por uma Guiné melhor”, ou simplesmente “Guiné melhor”, uma campanha psicológica “combatendo ideias”, na convicção de que a salvação da soberania portuguesa em Ultramar não seria empreendimento das Forças Armadas, mas se daria, sobretudo, a partir do fomento econômico e social e pela promoção cultural das populações, na tentativa de tentar convencer as populações; só que era tarde, por tudo aquilo que tinha feito com o povo guineense.

Na opinião de Augel, baseando-se em Fernando Delfim da Silva (2003), político Guineense que ocupou várias pastas ministeriais, em livro recente sobre o período pós-independência, carregado pela emocionalidade participativa de testemunha ocular da história, faz uma análise alargada dos últimos anos antes da descolonização, destacando o papel fundamental que o jovem compositor e poeta José Carlos Schwarz e o seu grupo musical e cultural Cobiana Djazz teriam desempenhado nessa fase crucial das agonias do colonialismo português, confrontando sua liderança revolucionária com o spinolismo que, pelo chamariz do projeto ‘Guiné melhor’, tentava ainda ganhar a causa colonial, perdida militarmente. Fundado em finais de 1971, “na maré alta do spinolismo” era intenção do grupo Cobiana Djazz tornar-se uma associação cultural e política ‘onde o

papel do agrupamento musical emergente seria nuclear, mas, não exclusivo, (AUGEL, 2007, p.59).

> Foi, pois, a convicção de que não mais era possível uma vitória militar ante as massivas revoltas das populações das colônias ultramarinas que levou o governo português à necessidade de reformular a constituição política do império, ao reconhecimento da necessidade da participação das populações e da Africanização dos quadros políticos e administrativos. O poder colonial passou a realizar uma série de manobras contra subversivas com objetivo de proteger e fortalecer as estruturas políticas e sociais coloniais e impedir que a reação anticolonialista tivesse êxito, (AUGEL, 2007, p.60).

Para Augel (2007), a estratégia escolhida foi apoiada por uma maciça 'ação psicológica', uma boa e estruturada campanha de contrapropaganda para aliciar as populações e decentralizar e, se fosse possível, anular a influência da guerrilha comandada pelo PAIGC. Entre as muitas medidas de contrapropaganda, opondo-se ao trabalho clandestino e no seio da população por parte dos revolucionários, estavam a publicação de revistas e jornais, como o "Panorama da Guiné" e "Voz da Guiné", e a difusão de programas radiofônicos, tanto em português, como em línguas nativas, e até em francês, com a intenção de divulgar e popularizar a política governamental, contradizer a propaganda de PAIGC, fomentar a deserção e contestação dentro daquele partido libertário. As ações empreendidas, tanto internas como externamente, no campo social, político, militar e psicológico chegaram tarde demais e se mostraram impotentes face às investidas do movimento anticolonialista liderado por Amílcar Cabral.

Enquanto os revolucionários do PAIGC faziam tudo para o bem do povo guineense, havia outros que já se entregavam aos colonizadores, assumindo claramente inferioridade materiais e militar, reconhecendo os atos dos europeus. Entre estes últimos, havia um grupo de etnia chamada "Os fulas", que desde história da luta de libertação até hoje têm uma reputação de ter sido condescendente com o regime colonial português. Durante a guerra colonial, Portugal recrutou, sobretudo, entre eles, os "comandos africanos", temidos por sua crueldade na luta contra a guerrilha anticolonial.

Conforme Augel (2007), de 1850 até cerca de 1915, fala-se de um período caracterizado pelo paralelismo de dois espaços de jurisdição (os povoamentos africanos

e os centros comerciais e residenciais do colonizador), sem deixar de haver o pagamento dos referidos atributos.

Corre a crença que o nome da etnia (papel), estaria mesmo ligado ao relacionamento difícil com o colonizador. Conta-se que os habitantes da ilha de Bissau, muito rebeldes, nunca quiseram pagar os impostos impingidos pelos colonizadores e, sempre que recebiam a notificação de pagamento, levavam o "papel" diretamente ao "posto", reclamando serem eles os donos do chão e, que, por isso, não iriam pagar nada. Assim, sempre que os homens apareciam, os brancos exclamavam: "aí vem os homens do papel". E o nome ficou. Os guineenses usam a forma 'papel', enquanto os portugueses parecem preferir o papel.

Em todas as colônias em que Portugal teve em África, a Guiné-Bissau foi aquela que mais deu trabalho, as populações rejeitavam bruscamente pagar os impostos e fizeram muitas resistências contra os coloniais.

Na colônia da Guiné-Bissau nunca faltou resistência, só que ela nunca foi esclarecida devido à falta de conhecimento sobre direitos. Para quem condenava essa exploração e, às vezes, nem entendia a língua dos colonizadores, com a volta de Amílcar Cabral, passaram a ter uma visão cientificamente esclarecedora sobre os direitos e sobre quem condena essa atitude. Assim as resistências passaram a assumir outros caracteres, com um fim determinado, o que não tinham momentos antes da chegada de Amílcar Cabral.

O que Elikia M´Bokolo (2007), chama de espetacular, é aquilo que os africanos pegaram, o que os colonizadores levaram como meios de civilização e transformaram como meios das resistências, como a religião, escola, etc. Foi exatamente o que aconteceu na Guiné-Bissau com Amílcar Cabral, ele estudou em Portugal, obteve conhecimentos sobre as organizações que condena a violação de direitos humanos, entende português e, quando voltou para Guiné, deu à resistência Guineenses uma postura determinante, influenciando muitos jovens, e mudaram a forma da resistência; onde se ouvia vozes dizendo "queremos a liberdade a nossa nação", o que nunca aconteceu antes da chegada dele.

1.5. Contexto Social e Geográfico da República de Cabo Verde

De acordo com Madeira (2015), arquipélago de Cabo Verde inserido no ´´Oceano Atlântico, perto da costa ocidental africana´´, está localizado entre as latitudes de 17º 12` N (Ponta do Sol, ilha de Santo Antão) e 14º 48` N (Ponta de Nhô Martinho, na ilha Brava) e as longitudes de 22º 40` (Boavista) e 25º 22`W (Ponta Magrade, ilha de Santo Antão). Com uma superfície total de terra emersa de 4033 km2 encontrasse-se, aproximadamente, a 2783 km de Lisboa, 300 milhas do litoral do Senegal e 1500 milhas da Costa Nordeste do Brasil.

Cabo Verde ocupa uma posição central no Atlântico e constitui um marco fronteiriço entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, numa encruzilhada entre o continente africano, europeu e americano. O Arquipélago é constituído por dez ilhas e vários ilhéus, em função do seu posicionamento em relação aos ventos, encontra-se disposto em dois grupos: o grupo de Sotavento e o de Barlavento. Fazem parte do grupo de Sotavento as ilhas: Brava, a mais pequena, com apenas 64 km2- ; Fogo com 476 km2; Santiago, a maior, com 991 km2 e, por último, maio com 269 km2.

Em relação aos ilhéus destacam-se os seguintes: Cima de 1,15 km2; Grandes de 2 km2 e Luís Carneiro de 0,22 km2. No grupo de Barlavento temos as seguintes ilhas: Santo Antão, a segunda maior ilha de Cabo Verde, com 779 km2; São Vicente com 227 km2; Santa Luzia a mais pequena de Cabo Verde com apenas 35 km2 , sendo a única ilha inabitada de Cabo Verde; São Nicolau com 343 km2 ; Sal com 216 km2 e Boavista com 620 km2 . Ainda neste grupo destacam-se os ilhéus: Brancos (3 km2) e Raso (7 km2).

A maioria das ilhas é de origem vulcânica, exceto as ilhas de Sal, Boavista e maio, em que predominam as áreas planas, com topografias muito mais suaves e circundadas por extensas praias, próximas do continente africano. Devido à forte influência do deserto do Saara, estas ilhas apresentam muitas colinas arenosas. Todas as outras ilhas são acidentadas com montanhas abruptas e vales profundos, na maioria montanhosas e rochosas, que ultrapassam os 1.000 metros de altitude.

Nas palavras de António Carreira (1983) citado por Madeira (2015), as ilhas do arquipélago “são áridas, as terras aráveis são escassas, desprovidas de vegetação de tipo

arbóreo. Umas possuem um sistema orográfico de acentuado relevo, com vales profundos, onde se situam as ribeiras e terras húmidas (Santiago, Santo Antão, São Nicolau e um pouco do Fogo). Outras são planas, formadas por autênticos areais, particularmente improdutivos (maio, Sal e Boavista).

Entre as ilhas de origem vulcânica, a ilha do Fogo possui o pico mais alto com 2.829 metros, tendo a última erupção ocorrido em novembro de 2014. O Topo de Coroa em Santo Antão é o segundo com 1.979 metros e, por último, o Monte Pico d'Antónia da ilha de Santiago com 1.392 metros.

Cabo Verde situa-se na extremidade ocidental da faixa do Sahel. O clima é tropical, seco e apresenta duas estações: seca e húmida, caracterizadas por aridez e semiaridez, com muito pouca chuva. A temperatura média anual varia entre 22ºC e 26ºC. O clima e a sua localização perto da faixa de Sahel proporcionaram a entrada da República de Cabo Verde no programa contra a desertificação, como assinala Tomé Varela da Silva: "devido aos efeitos causados pelas secas prolongadas, Cabo Verde foi incluído nos Países do Sahel, região africana ameaçada da desertificação que recebe apoio de programas de ajuda internacional para combater essa calamidade.

As chuvas são irregulares e escassas em Cabo Verde, o que condiciona a agricultura e o próprio equilíbrio ecológico. Estas irregularidades prendem-se principalmente com o facto de o arquipélago se situar próximo do deserto de Saara, o que causa a passagem do vento quente e seco, aumentando a aridez e prolongadas secas, sobretudo nas regiões mais expostas, a leste e nas ilhas orientais. Entretanto, apesar do clima de Cabo Verde ter afinidade com o clima desértico quente, graças ao oceano e aos ventos alíseos, a temperatura mostra-se moderada em relação ao deserto, com precipitações de chuvas periódicas.

A época das chuvas verifica-se entre agosto e outubro, dependendo muito da frente intertropical, quente e húmida, o que representa um período muito curto de pluviosidade. Em muitos casos, dependendo desta frente, há fortes precipitações de curta duração, que podem causar grandes inundações, principalmente nas ilhas mais rasas. A oscilação da precipitação anual situa-se entre 250 e 500 milímetros, sendo geralmente fraca em todo o país, mesmo nas zonas mais montanhosas. As ilhas do Barlavento, em relação às do Sotavento, pela sua posição geográfica, são mais beneficiadas pelas chuvas. Marcadas

por solos pobres em matérias orgânicas, fazem com que os recursos naturais se tornem cada vez mais raros e escassos, e os recursos minerais se limitem à areia, cascalho e rochas de construção.

Tudo isso se deve em parte às condições climáticas, concretamente no relevo e na erosão. Para António Carreira, nas ilhas de Cabo Verde a pluviosidade é irregular e, em consequência disso **"**as estiagens são frequentes e prolongadas, a bem dizer cíclicas (de cinco em cinco anos, de sete em sete anos e mais); ou as precipitações irregulares, extemporâneas, anulam a germinação e o desenvolvimento das plantas e a produção de géneros de sustentação decai e, desse modo, as carências alimentares tornam-se graves.**"**

Dos 403.300 hectares que constituem o território de Cabo Verde, cerca de 54% é constituído por terras incultas e improdutivas. Um percentual muito reduzido das terras é potencialmente lavrável, uma vez que a cobertura vegetal é pobre devido aos efeitos conjugados do fraco nível de humidade, da erosão torrencial e também da Acão do homem.

1.6. Localização Geográfica Das Ilhas De Cabo Verde

Conforme com Madeira (2015) a maioria das ilhas é de origem vulcânica, exceto as ilhas de Sal, Boavista e maio, em que predominam as áreas planas, com topografias muito mais suaves e circundadas por extensas praias, próximas do continente africano. Devido à forte influência do deserto do Saara, estas ilhas apresentam muitas colinas arenosas. Todas as outras ilhas são acidentadas com montanhas abruptas e vales profundos, na maioria montanhosas e rochosas, que ultrapassam os 1.000 metros de altitude. Nas palavras de Antônio Carreira, as ilhas do arquipélago "são áridas, as terras aráveis são escassas, desprovidas de vegetação de tipo arbóreo". Umas possuem um sistema orográfico de acentuado relevo, com vales profundos, onde se situam as ribeiras e terras húmidas (Santiago, Santo Antão, São Nicolau e um pouco do Fogo); outras são planas, formadas por autênticos areais, particularmente improdutivos (maio, Sal e Boavista).

Entre as ilhas de origem vulcânica, a ilha do Fogo possui o pico mais alto com 2.829 metros, tendo a última erupção ocorrido em novembro de 2014. O Topo de Coroa

em Santo Antão é o segundo com 1.979 metros e, por último, o Monte Pico d'Antónia da ilha de Santiago com 1.392 metros. Cabo Verde situa-se na extremidade ocidental da faixa do Sahel. O clima é tropical, seco e apresenta duas estações: seca e húmida, caracterizadas por aridez e semiaridez, com muito pouca chuva.

A temperatura média anual varia entre 22ºC e 26ºC. O clima e a sua localização perto da faixa de Sahel proporcionaram a entrada da República de Cabo Verde no programa contra a desertificação, como assinala Tomé Varela da Silva: "devido aos efeitos causados pelas secas prolongadas, Cabo Verde foi incluído nos Países do Sahel 2, região africana ameaçada da desertificação que recebe apoio de programas de ajuda internacional para combater essa calamidade." As chuvas são irregulares e escassas em Cabo Verde, o que condiciona a agricultura e o próprio equilíbrio ecológico. Estas irregularidades prendem-se, principalmente, com o fato de o arquipélago se situar próximo do deserto de Saara, o que causa a passagem do vento quente e seco, aumentando a aridez e prolongadas secas, sobretudo nas regiões mais expostas, a leste e nas ilhas orientais. Entretanto, apesar do clima de Cabo Verde ter afinidade com o clima desértico quente, graças ao oceano e aos ventos alíseos, a temperatura mostra-se moderada em relação ao deserto, com precipitações de chuvas periódicas.

Segundo Madeira (2015) à época das chuvas verifica-se entre os meses de agosto e outubro, dependendo muito da frente intertropical, quente e húmida, o que representa um período muito curto de pluviosidade. Em muitos casos, dependendo desta frente, há fortes precipitações de curta duração que podem causar grandes inundações, principalmente nas ilhas mais rasas. A oscilação da precipitação anual situa-se entre 250 e 500 milímetros, sendo geralmente fraca em todo o país, mesmo nas zonas mais montanhosas. As ilhas do Barlavento, em relação às do Sotavento, pela sua posição geográfica, são mais beneficiadas pelas chuvas. Marcadas por solos pobres em matérias orgânicas, fazem com que os recursos naturais se tornem cada vez mais raros e escassos, e os recursos minerais se limitem à areia, cascalho e rochas de construção.

Tudo isso se deve, em parte, às condições climáticas, concretamente no relevo e na erosão. Para António Carreira, nas ilhas de Cabo Verde a pluviosidade é irregular e, em consequência disso:

> "[...] as estiagens são frequentes e prolongadas, a bem dizer cíclicas (de cinco em cinco anos, de sete em sete anos e mais); ou as precipitações irregulares, extemporâneas, anulam a germinação e o desenvolvimento das plantas e a produção de géneros de sustentação decai e, desse modo, as carências alimentares tornam-se graves".

Para eles, dos 403.300 hectares que constituem o território de Cabo Verde, cerca de 54% são constituídos por terras incultas e improdutivas. Um percentual muito reduzido das terras é potencialmente lavrável, uma vez que a cobertura vegetal é pobre devido aos efeitos conjugados do fraco nível de umidade, da erosão torrencial e da ação do homem.

1.7 O processo de povoamento

Nesse ponto dialogaremos com os dois autores, Madeira num trabalho e António Leão e Silva. Duas abordagens um pouco distante sobre forma como desencadeou o processo de povoamento em Cabo Verde. Na verdade, estamos perante duas abordagens completamente distante em relação no que refere os séculos. Abordagem de Madeira engloba desde o período da descoberta no século XV, enquanto Silva concentra-se no século XVI-XVII. Começaremos destacando autoria de António Leão e Silva.

Segundo Silva (2002), os ciclos históricos de povoamento do arquipélago de Cabo Verde não se deram em simultâneo. Ilhas houve que se foram povoadas no século XIX, ao passo que outras, como Santiago, por exemplo, o início da ocupação teve lugar logo a seguir a descoberta, em 1460. Na verdade, a penosa tarefa de povoar Cabo Verde processou-se lentamente, isto e, ao longo dum arco temporal de quase quatro séculos.

Se observarmos este processo na perspetiva de longa duração, reparamos que o impulso povoador não se manifestou nem de modo contínuo e uniforme no transcurso do referido tempo, nem, tampouco, de forma aleatória. Quer isto dizer que se pode detetar nos impulsos de povoamento uma historicidade descontinua, feita por vagas. É possível localizar a este propósito três grandes ciclos que se correlacionam com as fases do processo histórico, igualmente longo e penoso, da passagem da sociedade escravocrata a camponesa. Senão vejamos. O primeiro ciclo localiza-se nos séculos XV/XVI e abrange apenas as ilhas de Santiago e do Fogo.

De acordo com Silva (2002), as demais ilhas do arquipélago mantêm-se desertas, não sendo mais do que terras de pastagem. As chamamos, num estudo de geografia histórica, de "ilhas-montado", tentando exprimir assim o peso da pecuária nesse SUB universo insular. O verdadeiro gerador e animador deste ciclo foi o tráfego de escravos. Na mira de participar no comércio com a Guiné, mercadores e nobres reinóis tornaram-se moradores de Santiago, fazendo nesta ilha casa e adquirindo nela terras para a produção de gêneros comercializáveis na costa africana. Sem encalo deles, vieram criados, marinheiros, artesãos, etc. As necessidades de produto demandaram a importação de escravos que, do ponto de vista demográfico, se converteram, pouco tempo depois do início do povoamento, no maior universo social.

Conforme Silva (2002), a perda de quotas do mercado guineense pelos moradores, ainda ao aparecimento de grandes fomes nos finais de quinhentos e princípios de seiscentos (referimos nos às de 1580-82 e 1609-11) fizeram estancar e decair não de modo que os inimigos de escravos e a imigração europeia como, ainda, despoletaram fluxos de saída relativamente importantes. Escravos foram vendidos ao desbarato durante as fomes, homens livres e forros desertaram para a Costa da Guinda ou mesmo para as Antilhas e, ainda, muitos dos grandes proprietários rurais ou mercadores abandonaram as ilhas.

Para Silva (2002) o segundo ciclo, objeto de estudo deste capítulo, nasce justamente da falência do primeiro é data dos meados do século XVII, prolongando-se até aos anos 80 da centúria seguinte. No seu transcurso, as ilhas agrícolas e montanhosas do arquipélago, ou seja, a Brava, S. Nicolau e Santo Antão, emergiram como importantes espanhóis de fixação humana. De campos de gado que eram, as tais ilhas converteram-se, no intervalo das balizas aludidas, em mundos de gentes. De resto, o seu peso demográfico no conjunto do arquipélago fica, no princípio de setecentos, irreversivelmente firmado.

Em 1727, escreve o ouvidor-geral Bravo Botelho, estribado nas informações colhidas junto do vigário da ilha, ter Santo Antão mais de quatro mil "pessoas de confissão, das quais são escravas quinhentas e duas". Acerca da de S. Nicolau, informa o mesmo magistrado "que está muito povoada". Alguns anos mais tarde, a ilha de Santo Antão ultrapassa em população a do Fogo, até então segunda do arquipélago. A de S. Nicolau posiciona-se logo atrás da do vulcão. Este reequilíbrio traduz inequivocamente uma profunda recomposição ao espaço-demográfica do conjunto cabo-verdiano.

Despontaram nesse novo universo pequenos povoados, como que para mostrar que alguma coisa de irreversível havia acontecido. Referimo-nos, a título de exemplo, a Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau, e a Ribeira Grande, em Santo Antão. Trata-se de núcleos proto urbanos, onde residem comunidades de homens livres e proprietários ou, pelo menos, com acesso seguro à terra. A importância sociológica de tais comunidades no panorama arquipelágico impende as autoridades a atribuírem-lhes a prerrogativa de organização à camararia e os magistrados locais a reclamarem para elas a criação de estruturas da administração da justiça.

De acordo com Silva (2002) o ouvidor José da Costa Ribeiro afirma, em 1731, haver na Ribeira Grande mais de 360 fogos, "todos dentro da Povoação". Urna número significativo para urna povoado até então praticamente desconhecido da Coroa. E acerca da Ribeira Brava, em S. Nicolau, assevera ser, aquela Contudo, ou então por isso mesmo, os cultivadores beneficiam aqui de maior liberdade e autonomia do que em Santiago e no Fogo. Antes de mais, porque a percentagem de escravos na população e relativamente baixa, quando comparada com aquelas em vigor nas ilhas de povoamento antigo. Este facto leva a um justo questionamento se as sociedades podem ser legitimamente catalogadas de escravocratas.

Em 1731, o peso dos escravos na população é de 5,63 % na Brava e de 10,8 % em S. Nicolau. Só em Santo Antão ele é elevado, chegando a atingir os 15 %, percentagem muito próxima da de Santiago. Todavia, trata-se na sua grande maioria de escravos do donatário da ília e não de particulares. Ou seja, estamos ante um grande senhor com muitos escravos, ao passo que a maior parte dos proprietários e foreiros cultiva a terra com o recurso apenas ao trabalho e a mão-de-obra familiar. Um cenário mono senhorial.

O fim da donataria, já prenunciado em 1727, pós aludidos escravos numa situação de foreiros de facto, ainda que sobre eles continuasse a impender um conjunto de obrigações. Na Ribeira do Paul, onde estavam situadas as instalações da feitoria, tendo em anexo o alambique, a adega, as hortas e tanques do anil, os escravos que nela trabalhavam tinham ali as suas casas e hortas. Cultivavam o milho, o feijão e mais produtos necessários ao seu sustento. Uma autonomia já pronto camponesa, proporcionada por uma escravatura indireta. Em certos aspetos e inocento, ela chega a ser mesmo frouxa. Tal situação, ao perdurar, tende a cristalizar-se é a ser fonte de direitos, mesmo que costumeiros apenas.

É preciso sublinhar, no entanto, que, em determinados momentos, tais ganhos de autonomia não foram pacíficos. Ainda que profundamente enfraquecido depois de 1724, por razões que não cabem invocar aqui, o donatário subsequente àquela data resistiu em reconhecê-los. Exigiu, em contrapartida, a fundamentação jurídica dos direitos de liberdade reivindicados pelos alegados escravos, direitos essas quantas às vezes tacitamente aceites pelos anteriores marqueses de Gouveia.

Na década de 40 de 1700, o donatário arrepiou caminho, pondo-os em causa. Uma tentativa de recuperar direitos. E de obter novas rendas. Invocando os "grandíssimos damos" que tal liberdade estava a gerar, escreve o marques de Gouveia o seguinte: "sendo-me perante os grandes enganos e peticionas equivocações que ter havido na rainha ília de Santo Antão acerca dos pretos que nela residem, fazendo-os livres do cativeiro em que foram gerados e ficando conseguintemente forros com grande prejuízo das doações que El-Rei me senhor e seus ínclitos ascendentes foram servidos dar aos possuidores da Casa de Santa Cruz"

Estribado nisso, o donatário exigiu aos "escravos" a comprova, por cartas de alforria, da liberdade reivindicada. Caso contrário, prescreveu o donatário, o Capitão reputaria por cativo que não apresentasse os referidos papeis. Abre-se um espaço de contendas entre o donatário e os seus alegados escravos. Estes invocaram, por sua vez, os costumes antigos para fundamentar as suas pretensões de liberdade. Mais cedo ou mais tarde, serão as próprias autoridades a inclinarem-se perante os equilíbrios alcançados nas relardes entre os escravos e o donatário, validando-os.

Enquanto Segundo Madeira (2015) contextualizar Cabo Verde na história exige que se caracterizem os aspetos mais importantes desde a sua génese, de modo a perceber-se como foi processado o seu descobrimento e povoamento até à formação e configuração identitária cabo-verdiana. Desde o seu descobrimento, conheceu uma realidade diferente daquelas que se verificavam nas outras ex-colónias portuguesas em África, nomeadamente na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

´´Cabo Verde, em relação aos demais países africanos, é uma questão sugerida, na medida em que, quando foi descoberto não era povoado, tendo-se a potência colonial aventurado a fixar-se no arquipélago, a povoá-lo e a criar estruturas de permanência. Em 1462 António da Noli e Diogo Afonso, ambos navegadores ao serviço da Coroa

Portuguesa, instalaram-se na ilha de Santiago, por determinação do Infante D. Fernando. Os dois formaram as primeiras capitanias, uma localizada na atual Cidade Velha, e outra na cidade da Praia. Luís de Cadamosto, mercador e navegador veneziano, refere que as ilhas do arquipélago foram descobertas nas seguintes circunstâncias´´ (MADEIRA, 2015.p. 37).

> Na noite seguinte assaltou-nos um temporal de sudoeste com vento forte; (...) Ao terceiro dia tivemos vista de terra, gritando todos terra, terra, e muito nos admirámos porque não sabíamos de naquelas paragens haver terra. Mandámos subir ao mastro dois homens, que descobriram duas grandes ilhas; o que, sabido de nós, demos graças a nosso Senhor Deus, que nos levava a ver coisas novas, pois bem sabíamos que destas ilhas não havia notícia alguma em Portugal (...) Foram e buscaram muito, mas não encontraram nem estradas nem vestígios pelos quais se pudesse entender que fosse habitada.

Para a geógrafa Raquel Soeiro de Brito (1986) citado pelo Madeira (2015) "foram os Portugueses que trouxeram estas ilhas para o conhecimento do mundo: provavelmente em 1460, as 'ilhas orientais e meridionais'; em 1462, as restantes."129 Porém, existem algumas objeções à volta desta tese. Alguns historiadores defendem que algumas ilhas, em particular as mais orientais, como a do Sal e a da Boavista, foram frequentadas pelos povos africanos, gregos e árabes, precisamente antes da chegada dos portugueses. É esta a opinião do historiador Jaime Cortesão, que afirma existirem informações comprovativas de geógrafos e cartógrafos, que atestam a presença desses povos em algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, como se refere a segui´´ (MADEIRA, 2015. p. 38).

> "Nos mapas que acompanharam a obra de Idrisi, figuravam algumas das ilhas, uma das quais tinha o nome de Aulil: alguns séculos mais tarde, o mapa-mundo de Macias de Vila destes de 1413, que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris, apresenta em frente do Rio do Ouro, claramente identificado como sendo o Nilo do Gana, isto é, o Senegal, duas ilhas de tamanho e forma iguais, com o nome de Ilhas de Gaderi no mapa mundo de Andrea de Bianco de 1448. Estas mesmas ilhas aparecem de novo frente à costa entre o Senegal e Cabo Verde, com o nome de Dos Hermanos´´

Também o mineralogista João da Silva Feijó (1986), citado pelo Madeira (2015) em 1797, comprova que *"*na descoberta das ilhas de Cabo Verde havendo-se unicamente encontrado povoada a de S. Thiago de negros Jalofos, que ali tradicionariamente consta terem passado àquela ilha por acaso, perseguidos pelos Felupos seus vizinhos, e lançados

pelas brisas, e correntes ao oeste." Na mesma perspetiva defende António Pusich, governador das ilhas de Cabo Verde entre 1818 a 1822, que "Quando, no XV século, se descobriram estas ilhas se achou unicamente povoada a de Santiago, e segundo tradição antiga estes habitantes foram propagados pelos negros Jalofos, que da vizinha costa de Guiné, ou fugindo em canoas, de seus inimigos, ou lançados ao mar com fortes correntes de água a oeste, se refugiaram naquela ilha."

António Carreira (1983), citado pelo Carvalho e Madeira (2015), salienta que não se devem descartar estas hipóteses, ou seja, a de que a ilha de Santiago poderia, antes do descobrimento oficial, ter efetivamente **"**abrigado um pequeno grupo de náufragos Jalofos ou outros habitantes (Sereres, Felupes, Lêbus, etc.) de Cabo Verde (Senegal).

Segundo António Correia e Silva (2008) citado pelo Carvalho e Madeira (2015) sociólogo e historiador cabo-verdiano, faz referência a um escritor anónimo do século XVII, que sustenta que a ilha de Santiago se encontrava já habitada antes da chegada dos portugueses por **"**muitos pretos, que por tradição, se dizia terem procedido de um rei Jalofo, que, por causa de uma sublevação**,** tinha fugido do seu país com toda a sua família a buscar refúgio, em canoa, na costa do continente do mesmo Cabo Verde.

Para o historiador cabo-verdiano Ilídio Cabral Baleno (2001), citado pelo Carvalho e Madeira (2015) é pouco provável que estas hipóteses se confirmem, pelo facto de considerar que a "travessia em canoas por mares tão revoltosos e por uma distância de aproximadamente 500 km (da costa do Senegal até às ilhas de Cabo Verde), não será, em absoluto, um acontecimento inverosímil (milagres ocorrem sempre), mas, até prova em contrário, temos de admitir que o arquipélago de Cabo Verde permaneceu despovoado até à chegada dos Portugueses.

A generalidade dos académicos situa o descobrimento de Cabo Verde entre os anos 1460 e 1462. Vários documentos comprovam este facto, entre os quais se destaca a Carta Régia de 3 de dezembro de 1460, que aponta António da Moli e Diogo Gomes como descobridores oficiais das primeiras ilhas de Cabo Verde, atribuindo-lhes o estatuto especial de descobridores.

Refutando a hipótese de as ilhas do arquipélago de Cabo Verde terem sido ocupadas antes da chegada dos navegadores ao serviço da Coroa portuguesa, Valentim Fernandes, cronista, salienta que os primeiros navios portugueses, ao aproximarem-se da terra,

maravilharam-se ao encontrá-la inabitada. Constataram o facto ao ordenar que os tripulantes procurassem, de forma sequencial, povoações nestas ilhas, não tendo estes encontrado quaisquer vestígios, mas sim uma grande multidão de aves e de grandes pescarias.

O argumento de que as ilhas se encontravam inabitadas antes da chegada dos portugueses deve-se ao facto de não se ter encontrado no arquipélago vestígios, inscrições ou utensílios rupestres que, de alguma forma, comprovassem a presença de africanos e/ou outros povos antes da chegada dos portugueses.

Se admitirmos a hipótese de não haver população enraizada nas ilhas que pudesse ter determinado o tipo de povoamento, o certo é que ele foi posteriormente adotado pela Coroa portuguesa, que pretendia que os seus donatários seguissem o mesmo modelo de ocupação que se verificava nas ilhas dos Açores e da Madeira. Entretanto como observa Óscar Soares Barata, "as circunstâncias vieram depois a impor os caminhos que tornaram as ilhas o principal entre os primeiros exemplos de povoamento multirracial."

Na perspetiva de Ilídio Cabral Baleno, o povoamento do arquipélago de Cabo Verde não foi avante com o modelo preconizado pela Coroa Portuguesa, pois estiveram na base alguns fatores como: os problemas financeiros que na época a metrópole atravessava; a distância entre o arquipélago e a Coroa e o clima seco e árido do arquipélago. Para o autor, estes *"*assoberbavam-se face à exiguidade dos recursos naturais, ganhando uma relevância que não pode ser ignorada. Este último fator, sim, pode ser visto como o principal responsável pela relutância verificada".

Independentemente desses fatores, foi possível o povoamento. Aconteceu precisamente quando as ilhas foram doadas a D. Fernando, com a responsabilidade e o dever de as povoar. António da Noli, no ano de 1462, foi um dos primeiros ao serviço da Coroa, acompanhado de alguns membros da família e de congéneres portugueses, principalmente do Algarve e do Alentejo, a instalar-se na ilha de Santiago, particularmente na localidade de Ribeira Grande que, paulatinamente, foi ganhando destaque como o primeiro núcleo populacional em Cabo Verde e a primeira cidade fundada pelos portugueses nos trópicos.

A ilha de Santiago, como a primeira a ser povoada, recebeu a primeira divisão político-administrativa do arquipélago. A ilha foi demarcada em duas capitanias: a

primeira atribuída a António da Noli, que se situa a sul, com sede na Ribeira Grande, e a segunda, atribuída a Diogo Afonso, localizada a norte com sede na atual Cidade da Praia.

Como forma de reconhecer a proeza dos navegadores António da Noli e Diogo Afonso na descoberta do arquipélago de Cabo Verde, D. Fernando concedeu-lhes o título de capitães donatários, um cargo que, em termos administrativos, lhes conferia um grande privilégio económico e, em termos jurídicos, o direito de repartir as terras, estabelecendo impostos por intermédio de jurisdições, sem falar do direito de julgar, nos tribunais, as infrações aos códigos civil e criminal.

O processo da repartição das terras caracterizava-se por regime de sesmaria, que acabava por criar dificuldades entre as partes contratantes, neste caso entre o capitão-donatário e aquele a quem a terra fora atribuída, porque, por um lado, os capitães-donatários concediam terras a quem lhes convinha e, por outro, estabeleciam os impostos de modo a terem as maiores vantagens possíveis.

As ilhas de Santiago e do Fogo foram as primeiras a serem povoadas. Como explica Silva Rego "o Infante D. Fernandes, sucessor do Infante D. Henrique na obra dos descobridores, tratou de povoar as ilhas. Começou-se em 1461 pela de Santiago e pela do Fogo." Depois inicia-se o povoamento do maio (1490) e da Brava (1545) e, posteriormente de Santo Antão (1548). No século XVII foram povoadas as ilhas da Boa Vista (1620) e de São Nicolau (1623) e, por último, as ilhas de São Vicente (1795) e do Sal (1893). Os capitães-donatários viram-se privados de exigir a prática do mesmo tipo de culturas como as que eram praticadas no arquipélago dos Açores e da Madeira. Os povoadores desconheciam o rigor do clima tropical e os longos períodos de seca.

Também no que concerne ao povoamento das ilhas, é necessário ter em consideração a fraca densidade demográfica que se verificava na metrópole, cuja população ainda não tinha recuperado das baixas provocadas pela "peste negra" que assolou a Europa no século XIV. Esta circunstância constituiu uma das causas que impediu efetivamente a fixação de um maior número de pessoas em Cabo Verde.

O povoamento, principalmente da ilha de Santiago, o qual incitou outros povoamentos, desencadeou-se, na opinião de António Carreira, graças à Carta Régia de 12 de Junho de 1466, na qual D. Afonso V fez saber que "o infante D. Fernando meu mui prezado e amado irmão nos enviou dizer como haverá quatro anos que ele começara

povoar a sua ilha de Santiago que é através de Cabo Verde e que por ser tão alongada de nossos reinos a gente não quer a ela ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas.

A Carta foi sugerida por D. Fernando que reconhecia a impossibilidade de povoar o arquipélago de Cabo Verde, particularmente a ilha de Santiago, sem incentivos ou estímulos necessários144. Atendendo ao apelo do seu irmão, D. Afonso V decreta *a* Carta Régia de 1466, que concedia ao Infante D. Fernando plenos poderes de jurisdição em matéria civil e criminal, em relação aos moradores do arquipélago. Na perspetiva de Silva Rego "D. Afonso V, em 1466, reconheceu que a gente não queria ir, senão apoiada 'com mui grandes liberdades e franquezas'. É fenómeno puramente humano e bem compreensível. Em vista desta representação, D. Afonso V concedeu aos habitantes de Santiago em 12 de junho de 1466 várias regalias."145 Segundo o historiador Luís de Albuquerque, através da Carta, o Infante D. Fernando passou a ter, entre outros poderes, o de "julgar nos seus tribunais matérias relacionadas com infrações aos códigos civil e criminal, bem como de aplicar as leis convenientes e as penas pecuniárias ou corporais, em proporção.

A Carta Régia, de igual modo, concedia aos moradores de Santiago o direito de fazer o comércio e o tráfico de escravos em todas as regiões da Costa da Guiné, desde o rio Senegal até à Serra Leoa, com a exceção da feitoria de Arguim. Com o objetivo de superar a insuficiência de habitantes na ilha de Santiago, a Carta Régia acabou por conferir privilégios aos moradores desta ilha, sobretudo aos colonos para nela se fixarem. A Carta concedia um conjunto de benefícios, entre os quais se destaca o monopólio comercial em toda a costa africana. António Correia e Silva salienta que, paralelamente a esses privilégios, se destacam outros que, em conjunto, foram determinantes no processo inicial do povoamento. O autor faz saber que a Carta:

> "Concede aos moradores da ilha a isenção e liberdade de não pagarem dízimos no reino e senhorios, de todas as mercadorias que de ela trouxerem, assim das que houver de suas liberdades e acolhenças, como das que comprarem ou houverem por escabro ou por outra qualquer maneira; e também sejam isentos do pagamentos de dízimos, de todas as mercadorias que comprarem e houverem por escambro de outras cousas, de Canárias, Porto Santo, Açores e outras ilhas do mar oceano, que ao reino trouxerem, e isto sendo certificado pelos oficiais, em que as referidas pessoas, são moradores na ilha por conta dos capitães dèlla."

O importante conjunto de regalias decretadas pela Carta acabou por traduzir-se numa afluência considerável de colonos para esta ilha, com o intento de nela se fixarem. Contudo, por decisão da Coroa, estes privilégios foram limitados na Carta de Limitação dos Privilégios de 1472. Assim, o Rei faz saber nesta Carta que os comerciantes não podiam ultrapassar a região da Serra Leoa; não podiam comercializar mercadorias a não ser aquelas que efetivamente eram produzidas nas ditas ilhas, e os navios que asseguravam o transporte dessas mercadorias tinham que pertencer aos moradores do arquipélago de Cabo Verde, ou, caso não pertencessem, teriam de ser comandados e armados por estes e registados oficialmente; limitou igualmente a aquisição de escravos a não ser em quantidade necessária para os trabalhos ou as necessidades internas.

Estas limitações fizeram com que, por um lado, os moradores do arquipélago passassem a produzir nas suas próprias ilhas os bens utilizados nas transações comerciais, mas, por outro, na produção necessitava-se, em quantidade proporcional, de mão-de-obra escrava, o que veio a contribuir de modo significativo para o povoamento do arquipélago de Cabo Verde, restringido inicialmente à ilha de Santiago. Os escravos passaram de forma direta a serem os povoadores das ilhas do arquipélago.

A Carta de Limitação de Privilégios de 1472 incentivava o povoamento de Cabo Verde numa terra considerada "bem situada" entre África e a Europa. Uma parte dos escravos teria que ficar em Cabo Verde para que a mão-de-obra passasse a ser produzida localmente.148 A historiadora Iva Cabral observa que a economia da ilha de Santiago deixa de se basear "no comércio e na produção de mercadorias para o trato com a costa da Guiné virou-se, inteiramente, para a agricultura de subsistência e para o abastecimento de géneros aos vários navios que atracavam nos seus portos para fazer aguada.

No que diz respeito à abordagem do povoamento, considera-se que este não se procedeu de forma unilateral, ou seja, exclusivamente com os escravos provenientes da costa africana, mas com homens livres, nomeadamente cassangas e brâmanes, que acompanhavam livremente os comerciantes, mercenários e capitães de navios. Muitos deles falavam fluentemente a língua portuguesa e alguns deslocavam-se a Santiago para serem cristianizados. Ernesto de Vasconcelos, engenheiro hidrográfico e geógrafo, refere que a colonização das ilhas de Cabo Verde principiou:

Por ocasião de alguns familiares e criados do Infante D. Fernando, que recebera a doação d'elas, serem por ele mandados para ali com obrigação de as povoarem, para o que eles levaram alguns casais do Algarve e do Alentejo, e, como já ao tempo se traficasse na Guiné, juntaram-lhe casais das tribos balantas, papeis, bijagós, alguns felupes e jalofos, os quais foram uns e outros os progenitores dos atuais cabo-verdianos, devendo intercalar-se-lhes o ramo judaico, de que ainda há numerosos representantes em todo o arquipélago.

Segundo António Carreira (1983), citado pelo Madeira (2015) de entre os elementos humanos que estiveram na génese do povoamento das ilhas de Cabo Verde, com particular relevância para a ilha de Santiago, destacam-se: "alguns genoveses, espanhóis e portugueses do Alentejo e do Algarve, todos em número reduzido, e com negros mandados resgatar nas partes dos rios da Guiné.

Para Orlando Ribeiro (1962) citado pelo Madeira (2015) "parece lícito ver a influência de uma vaga de colonização algarvia nos primeiros tempos da expansão portuguesa." António de Almeida salienta que a ocupação humana das ilhas de Cabo Verde operou-se com "europeus oriundos da Metrópole (Algarvios, minhotos, judeus, etc.) e, mais tarde, da ilha da Madeira, e com naturais da costa ocidental da África fronteira, idos especialmente dos territórios que formam a Guiné Portuguesa atual. "Ainda a este respeito, Simão de Barros realça a inigualável contribuição de outros povos europeus na formação dos primeiros mestiços cabo-verdianos, nomeadamente "os espanhóis, os franceses (normandos e bretões), os ingleses, os holandeses e, em menor escala, os judeus que, desde Filipe II de Portugal (século XVI), se mantiveram em Cabo Verde."

A contribuição de povos europeus e africanos foi determinante para o povoamento, organização social, económica e administrativa do arquipélago e para a edificação de uma estrutura própria, adaptada à realidade destas ilhas.

Estrutura socioeconómica e administrativa

De acordo com Madeira (2015), ´´a estrutura socioeconómica e administrativa cabo-verdiana conheceu, nos primórdios do século do XVII e meados do século XVIII, diferentes momentos, marcados particularmente pela formação das suas elites económicas e administrativas, sendo, pois, possível identificá-las quer no tempo, quer no espaço. A primeira, a "elite colonial", constituiu-se entre o início do processo de

povoamento e a primeira década do século XVII. A segunda refere-se às elites locais ou filhos da terra que se afirmaram a partir da segunda década do século XVII´´ (MADEIRA, 2012. p. 44).

As elites do século XVII e XVIII adotaram um modelo de organização socioeconómica e administrativa peculiar na conjuntura dos países colonizados pelo antigo Império Português em África. O comércio destaca-se nesse modelo como um dos elementos estruturantes da economia cabo-verdiana, desde os primórdios do seu povoamento, tendo sido valorizado graças à Carta Régia de 1466.

Como observa o geólogo José Bacellar Bebiano, "a economia cabo-verdiana no especto interno, desde recuadas épocas, teve como base a produção agrícola ou agrícola-pecuária, esta, por vezes, asperamente perturbada pela falta demorada de chuvas." António Correia e Silva sublinha que na ilha de Santiago "vão fixar-se homens cujo modo de vida consistia no comércio marítimo e internacional" pois "a ilha não é mais que uma colónia de mercadores europeus colocados estrategicamente numa ilha periférica do mundo europeu e próxima dos mercados africanos." Na verdade, o arquipélago de Cabo Verde, astuciosamente, transformou-se num mercado eficiente e vantajoso, isso porque o espaço geográfico permitia, com rapidez, o comércio transatlântico´´ (MADEIRA, 2015. p. 44).

Afirma Nuno Canas Mendes (1998) citado pelo Madeira (2015) que uma das características mais marcantes da colonização portuguesa no mundo é o facto de ter sido "talassocrática", "isto é, baseada no estabelecimento de relações comerciais pela via marítima, instalando-se nas zonas costeiras, construindo fortes e feitorias aqui e ali." A Carta de Limitações de 1472 obrigou os proprietários a produzir, no próprio arquipélago, mercadorias que seriam posteriormente utilizadas nas transações comerciais.

Os proprietários tiveram de recrutar escravos, que anteriormente se encontravam destinados ao comércio transatlântico. Muitos destes passaram a ser utilizados sobretudo nas atividades da agropecuária, e no próprio povoamento do arquipélago. Salienta António Correia e Silva que "a posição geográfica de Santiago e o seu sistema ecológico obstavam à possibilidade de uma ocupação camponesa e senhorial, assente na agropecuária alimentar." António de Sousa Lara considera que, em Cabo Verde no século XV, "foi introduzida a pecuária e com ela veio a necessidade de trabalho braçal que se foi buscar à escravatura da costa africana".

A fixação dos colonos e dos africanos, estes últimos tanto escravos como homens livres, no arquipélago de Cabo Verde, permitiu que a estruturação social, económica e administrativa cabo-verdiana se tornasse efetivamente uma realidade. O tráfico de escravos foi um dos pilares essenciais nesta estruturação, permitindo, por um lado, uma progressiva afirmação económica, comercial e administrativa do arquipélago e, por outro, uma gradual autonomia dos colonos em relação à Coroa Portuguesa. Posteriormente, a elite local constituída pelos ditos filhos da terra, afirmava-se progressivamente na administração das localidades de todo o território. Foi importante na estruturação socioeconómica cabo-verdiana, o que determinou, em certa medida, a hegemonia económica do grupo minoritário branco.

Ainda afirma que no século XVII, Cabo Verde depara-se com um número elevado de habitantes negros e mulatos, estes últimos provenientes de um processo de cruzamento entre africanos e europeus, como refere José Joaquim Lopes de Lima: "descendência cruzada dos brancos da Europa e negras de Guiné." Atento a este especto, António Carreira afirma que a ilha de Santiago, em particular, encontrava-se na altura estruturada "em três classes: brancos, de descendência pura de gente europeia; pretos, de descendência pura das alianças dos escravos da Guiné e mulatos, de descendência cruzada dos brancos da Europa com negros da Guiné".

Nos finais do Século XVIII e início do século XIX, os dados sobre o recenseamento apontam para a existência no arquipélago de Cabo Verde, de 58.401 habitantes de ambos os sexos e cores. De forma proporcional, encontravam-se divididos em quatro grupos: 1.752 brancos; 25.250 mulatos; 5.109 pretos escravos e 27.290 pretos forros. Considera-se, neste sentido, que o arquipélago era constituído acentuadamente por habitantes negros (escravos e forros) e mulatos, sendo o número de brancos bastante insignificante. Na figura que se segue ilustra-se bem esta realidade, observando-se no gráfico um número exíguo de habitantes brancos nos finais do Século XVIII e início do século XIX*."*.

Conforme Carreira (1983) citado por Madeira (2015) o número exíguo de brancos justifica-se pela sua acentuada diminuição na passagem para o século XVIII, isto porque, por um lado, as relações com a Coroa Portuguesa se crisparam, entretanto, e, por outro, pela concorrência entre moradores do arquipélago e comerciantes de outros países, principalmente Portugal, ao violarem sistematicamente as regras das atividades

comerciais na costa africana, sem que se registasse qualquer punição. António Carreira assevera que no "século XVII – e grande parte do XVIII – houve um verdadeiro êxodo de 'homens brancos' para os rios da Guiné, fugindo ao cerco económico imposto pela série de leis restritivas das atividades mercantis, chegando a população de Santiago a ficar reduzida a 'pouco mais de 20 homens brancos".

A estrutura social emergente apresentou sinais de ruturas externas e internas. Externas, na relação entre os colonos e a Coroa Portuguesa, e internas entre os moradores, maioritariamente negros e mulatos, e os colonos. Criticava-se principalmente o carácter exclusivo do grupo minoritário branco quanto à organização económica, política e administrativa nesta sociedade. Em meados do ano de 1500, verifica-se uma elevada presença de negros na sociedade cabo-verdiana, que se relacionavam pacificamente com os filhos da terra, isto é, os mestiços. Já nos primórdios do século XVII, os filhos da terra começaram por ocupar importantes cargos sociais, anteriormente desempenhados maioritariamente pelos colonos, visto muitos destes terem abandonado este arquipélago, por já não encontrarem neles atrativos suficientes que justificassem a sua fixação.*"*

Para a historiadora Iva Cabral (2008), citada pelo Madeira (2015) é justamente essa elite local, os filhos da terra que, na hierarquia social cabo-verdiana, constituía a "camada livre", que viria a substituir os colonos, assumindo e desempenhando o papel de oficiais régios dos vários escalões da administração local cabo-verdiana da época. A elite local assume o comando das instituições administrativas, nomeadamente a Câmara, a Milícia e a Misericórdia, possibilitando assim a reconfiguração económica e administrativa do arquipélago, o que permitiu a ascensão e projeção dos mestiços, que passaram gradativamente o controlo das instituições do poder local da ilha de Santiago. O mestiço tornou-se o elemento predominante na sociedade e na administração cabo-verdiana, fruto da fusão entre brancos e negros.

O cruzamento entre o "homem branco" e a "mulher negra", que teria como resultado o "filho bastardo", contribuiu para a formatação da sociedade cabo-verdiana. O "filho bastardo" pretendia apropriar-se dos elementos materiais e simbólicos/espirituais do pai, nomeadamente o gozo de honras, riquezas e liberdades O mestiço passou a desempenhar funções administrativas relevantes nas Câmaras, uma instituição importante na sociedade cabo-verdiana, tendo tido como consequência uma maior aproximação entre os moradores e a administração central.

Cabia-lhes a administração da justiça, reivindicando, em momentos oportunos, amplos poderes como representantes legítimos dos moradores do arquipélago. A criação das Câmaras foi estrategicamente projetada pela metrópole, como forma de controlar os capitães-donatários e aqueles que não cumpriam as obrigações impostas pela Coroa, nomeadamente o pagamento dos impostos sobre a produção feita nas ilhas e do respetivo comércio transatlântico.

Segundo a historiadora Ângela Domingues (1991) citada pelo Madeira (2015) o primeiro documento sobre a edificação da Câmara em Cabo Verde é de 1497. A Câmara passou a partilhar poderes de jurisdição com os capitães-donatários, o que, de certa forma, limitou as suas ações. Para a autora, os municípios passaram a ter um espaço abrangente na jurisdição da capitania "funcionando no lugar-sede da mesma".

Segundo Onésimo Silveira (1963) citado pelo Madeira (2015) escritor e diplomata cabo-verdiano, refere que o município que foi "instituído na Ribeira Grande desde 1475, ganha foros de poder local e organiza-se no âmbito da área geográfica do concelho, adquirindo um protagonismo paralelo ao poder régio e senhorial." A nova elite formada principalmente pelos mestiços, os ditos filhos da terra, conseguiu, assim, instaurar, a partir do século XVII uma "sociedade escravocrata, implantada talvez com um carácter rígido, amoleceu e perdeu, em pouco mais de dois séculos e meio, os seus contornos, evoluindo para uma ampla abertura, em que o mestiço e o forro passam a representar o papel que a evolução da comunidade exigira".

De acordo com Onésimo Silveira (1963) citado pelo Madeira (2015) é da opinião que "num primeiro momento apenas o colono branco tivesse a prerrogativa de acesso à Câmara, as evoluções das circunstâncias alargam o conceito de morador e de vizinho, titulares desse privilégio e, assim, a situação jurídica é alterada a partir de 1546, com a autorização régia para que os baços e negros participassem na constituição da Câmara." A partir de um momento crucial na história do arquipélago de Cabo Verde, encontra-se uma administração local, constituída maioritariamente por mestiços responsáveis com novos contornos sociais, culturais e identitários.

De acordo com Madeira (2015) a génese da cultura e da identidade cabo-verdiana resulta de um processo multidimensional que envolve vários fatores que incluem as características climáticas e geográficas, a escravatura, a emigração, o conhecimento

social gerado a partir de novos agrupamentos culturais, que fazem parte de todo o processo, sobretudo na relação com outros povos. Verifica-se aqui um sistema dinâmico que define um conjunto de características do ser cabo-verdiano. É possível aqui reconhecer uma complexidade de causas e de fatores. O encontro de diferentes povos resultou na interpenetração de outras culturas das mais diversas origens, sendo que tudo isso se encontra, ainda hoje, presente na configuração cultural em Cabo Verde.

Com efeito, a predominância de ilhas vulcânicas, a aridez climática e a quase inexistente pluviosidade, não permitia o cultivo da maioria das terras do arquipélago. Esta circunstância tinha como consequência uma grande escassez de recursos naturais, que punha em causa a sobrevivência, quer do colono, quer do nativo. O colono via-se confrontado com os problemas de alimentação, o que, em certa medida, não lhe permitia a fixação efetiva e em maior número neste arquipélago, como preconizava inicialmente a Coroa Portuguesa.

A falta de recursos naturais, principalmente a escassez dos alimentos cerealíferos que faziam parte da dieta dos povos da região do mediterrâneo, juntamente com outros fatores, como a distância entre o arquipélago de Cabo Verde e a Coroa, impossibilitaram o povoamento por parte dos brancos, fazendo, pois, das ilhas espaços pouco atrativos e sem incentivos para a sua fixação. Com vista a ultrapassarem esta situação, estes dois grupos - europeus e africanos, aproximam-se e resolvem partilhar os seus recursos e os valores culturais, dando, deste modo, origem ao nascimento de uma cultura singular de cruzamento e síntese.

De acordo com Luís Manuel de Sousa Peixeira, historiador e filósofo (2003) citado pelo Madeira (2015) menciona que “nenhum dos grupos intervenientes na formação do povo cabo-verdiano, tanto o europeu como o africano, podiam apresentar uma cultura enraizada no terreno. De igual modo, nenhum dos dois grupos, em razão das condições adversas sócio-económico-alimentares, podia sobreviver independentemente do outro.

Segundo João Lopes Filho, é importante que se tenha em conta, quando se analisa a génese da cultura cabo-verdiana, que **“**o encontro em Cabo Verde de duas culturas diferentes significou a separação de cada uma delas do seu tronco original, numa dada época histórica da sua própria evolução. Isto também ocasionou a transplantação e o

contacto mútuo, pois ambas se viram separadas da sua própria raiz e do percurso evolutivo das suas culturas de origem.

Criam-se aqui os fundamentos da identidade cabo-verdiana, tendo os diversos elementos geográficos modelado todo este percurso. Trata-se de uma sociedade que se refez a partir de uma nova identidade, considerada única e da qual se conseguem refazer as heranças sociais. Neste processo verificou-se, de facto, uma perda de referências étnicas, raciais e de ascendência. Vive-se apenas daquilo que se refez a partir dessas heranças, que se personalizam e ganham consciência de si próprios no imaginário do antigo império português. Para a partilha dos valores culturais destas civilizações, contribuiu muito o contexto social, geográfico e político de uma organização social específica, imbuída de valores identitários próprios. Parafraseando Manuel Castells:

> **"**A construção de identidades vale-se da matéria-prima formada pela história, geografia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelo aparato de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizadas em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço."

Ao longo de cinco séculos, germina-se em Cabo Verde uma cultura caracteristicamente singular, proveniente da uma mistura heterogénea de costumes e hábitos europeus e africanos. A cultura cabo-verdiana forma-se no decorrer de vários séculos através da fusão de diversos elementos rácicos e culturais, apresentando-se rica em termos de manifestações e elementos estruturantes.

De acordo com o historiador Brasil Davidson (1988) citado pelo Madeira (2015), "em Cabo Verde não havia uma população verdadeiramente nativa e os brancos e quase brancos nunca conseguiram impor a cultura portuguesa, a não ser no plano formal e oficial. Saindo da escravidão, os negros tinham perdido a sua cultura original e tinham adquirido outra e foi essa cultura cabo-verdiana que sobreviveu.

A fusão de diversos povos, com as suas línguas e culturas, deu origem ao que se passou a designar por identidade cabo-verdiana. Para Luís Manuel de Sousa Peixeira (2003) citado pelo Madeira (2015) "dessa convivência nasceria um sentido de lealdade para com a terra as montanhas e desfiladeiros, a Ilha e o Arquipélago. Desse sentimento

de lealdade, aliado a uma cultura partilhada, eclodiria uma nova identidade a cabo-verdianidade." Onésimo Silveira partilha da mesma ideia, realçando que:

> A jusante do processo da evolução histórica de Cabo Verde, há que ser assinalada a heterogeneidade social e cultural proveniente das mais variadas latitudes, étnicas e geográficas, que cunhava os seus primeiros habitantes: cristãos-novos portugueses, donatários e degredados, judeus escorraçados pela Inquisição, escravos africanos de grupos étnicos diversos e diversificados. A cada grupo correspondiam modos de vida próprios, uma assinatura da identidade exógena, que o tempo, aos poucos, mas segura e irreversivelmente, acabou por fundir numa realidade de cunho endógeno, cabo-verdiano.

Da mesma forma, como resultado desta miscigenação, emerge uma sociedade mestiça, com identidade própria e características de tal modo singulares, que tem suscitado, ao longo dos tempos, diversos debates e constituído objeto de análise. Conforme Humberto Cardoso (1998), citado pelo Madeira (2015) engenheiro químico de formação e escritor cabo-verdiano, faz saber que "a miscigenação que acompanhou, a par e passo, tais experimentações provocou um salto qualitativo na consciência de si próprio do cabo-verdiano: não se reconhecia em qualquer das raças estabelecidas e não se sentia compelido a pertencer ou a aproximar-se delas".

É através do cruzamento entre elementos de todas as classes sociais, que se origina o povo cabo-verdiano que, aliás, se tornou num grande núcleo populacional. Deram, de igual modo, origem à cultura cabo-verdiana, imbuída de significados simbólicos, instituidora de uma identidade peculiar que tem origem na adaptação e assimilação de elementos europeus e africanos. O facto de o cabo-verdiano não "ser europeu, nem africano", constitui a base da identidade cabo-verdiana que recebeu os elementos, mas não os copiou. Isto aconteceu devido à insularidade que foi trazida do continente para as ilhas.

A identidade cultural do povo cabo-verdiano funde-se no cruzamento das características próprias de duas civilizações - a europeia e a africana - e é conservada como uma realidade sempre presente, passando de geração em geração. Esse processo iniciou-se ainda em meados do século XV, em que europeus e africanos começaram a chegar às ilhas do arquipélago, com o intuito de as povoar e de nelas produzir meios de

sobrevivência e de comércio transatlântico. De acordo com Onésimo Silveira (1963), citado pelo Madeira (2015) afirma que:

> "É a história que escreve pela mão de portugueses e africanos, o auto chamado "Cabo Verde", que é fatalismo e determinismo feito drama. Nas ilhas, onde ninguém espreitava "detrás da vegetação", tornou-se inevitável o encontro dos homens e das mulheres que nelas desembarcaram. Nem a escravatura, com o seu cortejo de horrores e violações, foi capaz de empalidecer esse primeiro abraço nos Trópicos de homens e mulheres que chegavam de terras longínquas, carregando cada um pouco mais que o fardo da sua cultura".

Uma das importantes causas da miscigenação biológica deve-se à escassez de mulheres brancas, o que permitiu e impulsionou as relações entre homem branco e mulher negra/escrava. Assiste-se, então, a um processo de cruzamento e interpenetração de vários hábitos, comportamentos, valores éticos e morais, modos de sentir, de estar e de comunicar, como uma dinâmica social muito peculiar, fruto de duas civilizações - africana e europeia.

Conforme Simão de Barros (1939), citado pelo Madeira (2015) refere que "durante séculos, os dois grupos em presença (africanos e europeus) enfrentando um novo meio, em contacto permanente e direto, sofreram um e outro, mudanças nos seus modelos culturais e, com o tempo, forjaram uma cultura própria, resultado da multiplicidade de micro processos de invenção, de imitação, de aprendizagem e de adaptação."

Os modelos culturais, trazidos dos vários locais de origem foram-se adaptando, com o decorrer do tempo, a uma nova sociedade, num processo de aculturação, dada a necessidade de recriarem uma identidade própria, que diferia da das suas origens, mas contendo características de uma ou de outra cultura, que se destacam nas formas de valores, atitudes e comportamentos, que se aproximam mais de uma ou de outra cultura. Deste processo gradual, surge um povo maioritariamente mestiço e uma cultura própria - cabo-verdiana.

O autor refere ainda que o "todo cultural que daí resultou, possui identidade própria, "identidade" no sentido da especificidade coletiva de um grupo humano em relação a outro e "cultural" como tudo o que pressupõe conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer "outras tendências e hábitos adquiridos pelo homem

como membro de uma sociedade.” As contribuições africanas e europeias na formação da identidade cabo-verdiana divergem, e ao mesmo tempo convergem, dando origem a uma identidade caracteristicamente singular, dada a necessidade de adaptação, quer ao meio geográfico, quer ao social e político.

Conforme o geógrafo Ilídio do Amaral (2004) citado pelo Madeira (2015) salienta que “Cabo Verde, com uma posição de encruzilhada entre três continentes, nó de comunicação em que as influências recebidas e assimiladas, oferece aspetos ricos e diversos, impostos pela história, geografia e economia.” No conjunto dos elementos culturais europeus e africanos, destacam-se alguns que, de algum modo, formaram a identidade cultural cabo-verdiana.

De acordo com outro geógrafo José Maria Semedo (1998) e a antropóloga italiana Maria R. Turano (1997), citados pelo Madeira (2015), ´´Cabo Verde herdou da cultura portuguesa, a religião, nomeadamente a Cristã, professada por intermédio da Igreja Católica, e também o vestuário e elementos linguísticos. Dos elementos africanos, a cultura cabo-verdiana herdou o uso do pilão, a dança, a música, com especial destaque para a tabanca e o batuque, bem como alguns traços linguísticos e de culinária´´ (MADEIRA, 2012. p.60).

Geógrafo e historiador, Orlando Ribeiro (1997) citado pelo Madeira (2015) destaca o pilão de madeira, trazido pelos escravos africanos, que servia para triturar o milho e descascar o café, bem como alguns elementos culturais importantes como a maneira de colocar as crianças nas costas (bambu); o lenço amarrado à cabeça; o carregar de objetos à cabeça; os jogos de pedra nos bancos de ouril ou ourim; alguns rituais religiosos como por exemplo a cerimónia do guarda-cabeça; o tambor, instrumento geralmente utilizado na dança do batuque, entre outros.

A cultura cabo-verdiana assenta na combinação de elementos socioculturais, cobrindo tanto os aspetos caracteristicamente africanos da costa ocidental face a Cabo Verde, como também traços genuinamente europeus, sobretudo portugueses, que estiveram na base da origem da identidade cabo-verdiana. Para Gabriel Mariano (1958) citado pelo Madeira (2015), vislumbra o carácter singular que a cultura cabo-verdiana conquistou ao longo do tempo, salientando que é precisamente nas circunstâncias do “contínuo aumento da mestiçagem, a ascensão económica, a aristocratização intelectual,

o prestígio social" que se torna possível a difusão em todo o arquipélago "de expressões de cultura mestiça formadas possivelmente no funco; assim o folclore poético, musical e novelístico; assim a culinária, assim os motivos de recreio; o folclore de adivinhas, dos provérbios, assim os festejos populares; as superstições, os hábitos, os esquemas de comportamento.

Chegamos ao fim deste capítulo. Ao longo deste capítulo, procuramos descortinar como a herança colonial e a formação, povoamento, coligação. Povoamento como advertiu Silva (2015), que os ciclos históricos de povoamento do arquipélago de Cabo Verde não se deram em simultâneo. Ilhas houve que se foram povoadas no século XIX, ao passo que outras, como Santiago, por exemplo, o início da ocupação teve lugar logo a seguir a descoberta, em 1460. Na verdade, a penosa tarefa de povoar Cabo Verde processou-se lentamente, isto e, ao longo dum arco temporal de quase quatro séculos e Madeira (2015), destaca que na medida em que, quando foi descoberto não era povoado, tendo-se a potência colonial aventurado a fixar-se no arquipélago, a povoá-lo e a criar estruturas de permanência. Em 1462 António da Noli e Diogo Afonso, ambos navegadores ao serviço da Coroa Portuguesa, instalaram-se na ilha de Santiago, por determinação do Infante D. Fernando. Os dois formaram as primeiras capitanias, uma localizada na atual Cidade Velha, e outra na cidade da Praia.

Abordou também a questão de cruzamento e herança colonial e a questão de génese da cultura e da identidade cabo-verdiana que resulta de um processo multidimensional que envolve vários fatores que incluem as características climáticas e geográficas, a escravatura, a emigração, o conhecimento social gerado a partir de novos agrupamentos culturais, que fazem parte de todo o processo, sobretudo na relação com outros povos. Verifica-se aqui um sistema dinâmico que define um conjunto de características do ser cabo-verdiano. É possível aqui reconhecer uma complexidade de causas e de fatores. O encontro de diferentes povos resultou na interpenetração de outras culturas das mais diversas origens, sendo que tudo isso se encontra, ainda hoje, presente na configuração cultural em Cabo Verde.

Durante o capítulo descortinamos a questão de segmentos político militar entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde, condicionou o recém estado formado na Guiné-Bissau a caos e crises sistemáticos. A herança colonial como advertiu Peter Caribe Mendy (1993), consiste na perpetuação de um sistema de administração\ exploração em que uns são

sujeitos de direitos e outros a condição. Esta herança, condicionou toda a estrutura administrativa do novo estado guineense. A união entre Guiné e Cabo-Verde, um projeto meramente política, estruturada na base da política pan-africana, norteou a união entre os povos guineenses e cabo-verdianos sem a devida compreensão e debates das suas diferenças que foi condicionado e incremento pelo projeto colonial português (código do indigenato), imbuídos na esperança de uma independência política e territorial. Assim, a independência não foi compreendida como processo que acerta feridas, traumas e dores (SILVA, 2022), mas interpretado simplesmente na psicologia de autonomia territorial e administrativa. O capítulo é extremamente importante, deixa-nos uma ideia clara sobre o assunto central desse trabalho.

CAPÍTULO II – LUTA DA LIBERTAÇÃO E A CRISE POLÍTICA EM GUNIÉ – BISSAU

Neste capítulo trataremos de dois assuntos de suma importância; o primeiro será exatamente a luta pela independência; mostraremos como o PAIGC e seus intelectuais contribuíram para que essa ideologia se tornasse uma realidade, e como convenceram os camponeses a aderirem a luta da libertação pela independência. No segundo assunto, falaremos sobre a crise política da Guiné-Bissau, mostrando os sucessivos falhanços cometidos pelos governantes guineenses.

2.0 A Luta Pela Independência

De acordo com Augel (2007), o clima de insatisfação geral abalava toda África, fez vibrar, também, nas colônias portuguesas a náusea pela liberdade na década de cinquenta, do século XX. Embora numericamente sejam poucos, pois a metrópole não foi liberal em proporcionar aos seus submetidos de além-mar a oportunidade de formação acadêmica, estudantes africanos de colônias portuguesas reuniam-se na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, onde liam livros e notícias vindas da França, e as ideias de libertar seus países cresciam cada vez mais de uma forma escondida (não tinham um lugar certo) ou clandestina. Entre esses estudantes, destacavam-se Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, ambos de Angola; Eduardo Mondlane e Samora Machel de Moçambique; e, Amílcar Cabral, nascido na Guiné, criado em Cabo Verde, ligado estreitamente a ambas as colônias, o líder máximo e mentor da resistência guineense e cabo-verdiana. Cabral, dirigente intelectual, militar e político da luta da libertação, foi admirado e aplaudido internacionalmente como teórico revolucionário, chefe militar e estadista.

Para Hernandes (2005), ‘’a volta do agrônomo Amílcar Cabral em 1953 para a Guiné portuguesa, mudou muitas coisas, quer na forma da resistência, quer quando passou a reunir-se com integrantes do movimento da independência nacional da Guiné, que tinha, sobretudo, uma dimensão educadora, a de preparar teoricamente seus

integrantes, intelectuais locais e pequeno número de artesãos e operários, conivência de trabalho de Amílcar Cabral, na estação Agrícola de Pessubé. Este movimento esteve na base da fundação do Clube Desportivo e Cultural para educar civicamente os jovens'' (HERNANDES, 2005. p. 540).

Na verdade, a intenção do líder não só residia em educação cívica, mas também trabalhar uma forma de agregar as pessoas e começar uma campanha clandestina de capacitar tantos camponeses quanto fossem necessários, assim, também, como os trabalhadores em geral, sensibilizando-os para a necessária mudança das justiças da ordem social imposta pela metrópole. Não tardou em levantar desconfiança, por se tratar de um clube fechado e as pessoas que lá frequentavam serem de diferentes escalões sociais, o que não era comum. A importância do clube foi ter desempenhado as funções pedagógico-políticas de conscientizar os seus integrantes das necessidades de amplas ações coletivas.

Em 1956 Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Carvalho e Elisée Turpin (um único e verdadeiro guineense sem a mestiçagem) fundaram (PAIGC), tendo como divisa "Unidade e Luta". O partido determinou estatutariamente quatro ações: a) a conquista da independência nacional; b) os objetivos do progresso econômico; c) o desenvolvimento social e cultural; d) a democratização da Guiné e de Cabo Verde. O partido, a partir daquele momento, tornou-se o núcleo e o motor do abalo da independência, com adeptos organizados clandestinamente, tanto na então Guiné Portuguesa como na Guiné-Conacri e, em Portugal, começando por atividades políticas de arregimentação e conscientização nos centros urbanos, alastrando-se por todo o território.

Ainda afirma Hernandes (2005), que em 1957, PAIGC contava com o apoio do Partido Comunista Português (PCP); da Frente Revolucionária, como centro coordenador das lutas nacionais nos territórios africanos sob dominação portuguesa; e, a Conferência das Organizações de Libertação das Colônias Portuguesas (CONCP), fundada em 1961, que sucedeu a FRAIN (Frente Revolucionário Africana para a Independência Nacional), para ordenar as "lutas de libertação" das colônias portuguesas contra o imperialismo e o colonialismo. Em 1959 dilataram o plano conjunto formulado pelo PAIGC de acentuar a sua esperteza nas pequenas organizações sindicais, levando o partido à conquista da direção do sindicado nacional da indústria e do comércio.

Consoante Augel (2007), desde o começo, a ideologia libertária do partido envolvia o binacionalíssimo, desejando tanto a independência da colônia continental como a do insolar. A ação militar desenvolveu-se somente em terra da Guiné, mas, contudo, o empenho de Amílcar Cabral ressaltava a união entre os dois ramos do mesmo tronco, união almejadas pelos líderes dos partidos, mas nem sempre aceita pelas bases que viam com maus olhos os cabo-verdianos (chamados de burmedjos, vermelhos, mestiços), muitos pertencentes à classe de políticos urbanos, mais instruídos, mais próximos às portuguesas, durável motivo para comparações, ciúmes e ressentimentos.

Havia muitos motivos para iniciar a luta da libertação, só que Amílcar Cabral, achava que não eram suficientes. Em 1958, foi criada a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), movimento sindical também clandestino que provocou, em 3 de agosto de 1959, uma greve geral de estivadores e marinheiros, trabalhadores do porto do Pindjiguiti, para protestar contra os baixos salários. Cabral incutiu seus ideais na cabeça dos colegas, e já sabia que a reação dos colonizadores portugueses seria brutal, tendo em conta os atos violentos que havia prevalecido. Foi exatamente o que aconteceu, os trabalhadores foram brutalmente repulsos pelas forças coloniais, cujo massacre ficou conhecido como “o massacre do Pindjiguiti”.

Do massacre do Pindjiguiti até 1961, as atividades dos revolucionários se desenvolveram, sobretudo, no mato, num sistema de guerrilha. O cerco de repressões se apertava, e crescia o descaramento dos insatisfeitos. Ao romper-se em agosto de 1961, deu-se início, então, à ação direta com sabotagens, cortes de vias de comunicação, desconstruções de instalações, etc.; em 1962, ocorre a agressão pela PIDE a um centro clandestino do PAIGC, em Bissau, seguido de muitas prisões. Em 3 de Janeiro de 1963, depois de alguns anos de preparação, arrebenta a luta armada para libertação do país, nas frentes do Sul e do Leste, a partir de bases militares de guerrilhas na vizinha República de Guiné- Conacri. Meses depois, em julho, foram abertas frentes de combates ao Norte. A luta armada tornou-se cada vez mais cruenta e desesperada, desenvolvendo-se por onze longos anos em sistema de guerrilha, conquistando, desta forma e, pouco a pouco, quase todo o território guineense (AUGEL, 2007. p. 60).

De acordo com Cassama (2014), o Engenheiro Agrônomo, Amílcar Lopes Cabral teve um percurso único entre todos os líderes independentistas do continente africano. Filho de país cabo-verdiano nasceu na Guiné-Bissau, passou a adolescência em Cabo

Verde e estudou Agronomia em Portugal, tendo voltado para a Guiné que até então conhecia pouco, para trabalhar como Engenheiro Agrônomo a serviço do Governo português. Esta trajetória permitiu a Amílcar Cabral, acumular experiência e conhecer de perto a realidade dos dois países pelo qual lutou, e também conhecer a realidade do país colonizador, nesse caso Portugal. Amílcar Cabral foi o único líder independentista da chamada "África portuguesa", que conhecia profundamente os países e as populações que ele e o seu Partido lideravam na luta pela independência. A adolescência em Cabo Verde, a formação em Portugal, o Recenseamento Agrícola na Guiné-Bissau, e os serviços prestados em Angola, foram de grande importância na vida de Amílcar Cabral, porque foi durante essas fases que ele adquiriu conhecimentos e uma visão particular da África, o que lhe possibilitou desenvolver um conjunto de estratégias que tinham como objetivo a libertação física, social, econômica, política e psicológica dos africanos e territórios colonizados em particular a Guiné Bissau e Cabo Verde. Para atingir esses objetivos Amílcar Cabral cria o, partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, que se transformou em organização-chave que lutaria pela independência dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde (CASSAMA, 2014. p. 88).

O que chama atenção no projeto de Amílcar Cabral é a forma como ele conseguiu interpretar as realidades sociais e econômicas da Guiné-Bissau e Cabo Verde, a forma como ele adotou e reformulou várias teorias internacionais para adaptá-las a realidade guineense e cabo-verdiana, e também a forma como imaginou a estrutura dos futuros Estados e nações, e acreditava no nascimento do "homem novo", que construiria o seu país e o seu continente ao serviço da humanidade. Amílcar Cabral foi um líder visionário e carismático, e exercia uma certa supremacia entre os dirigentes nacionalistas das colônias portuguesas, a ponto de ser ele a dirigir uma delegação que foi recebida pelo Papa Paulo VI em 1970. A sua liderança era muito respeitada e admirada, e isso lhe deu a oportunidade de ser o primeiro líder de um movimento independentista a discursar perante o conselho de segurança das Nações Unidas, e dois meses depois a Guiné-Bissau seria o primeiro território colonizado e em guerra contra a colonização a ser visitado pela Comissão de Descolonização das Nações Unidas. António Duarte Silva considera que Amílcar Cabral "foi um dos maiores dirigentes das lutas de emancipação em África, ao lado de Frantz Fanon, de Nkrumah e, atualmente, de Mandela. Não só do ponto de vista político e militar, mas também intelectual e diplomático.

Conforme Cassama (2014) outros analistas e estudiosos da luta pela libertação da África consideram Amílcar Cabral, “o mais prestigiado dos chefes dos movimentos de libertação nacional” e um dos mais “importantes pensadores políticos da nova África”. Não descordamos destas afirmações, mas gostaríamos de ressaltar aqui que Amílcar Cabral, assim como todos os outros líderes dos movimentos de libertação nacional, cometeu alguns erros na elaboração do seu projeto de luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Um dos erros na nossa conceção foi o projeto da união da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que claramente foi influenciado pelas ideias Pan-africanistas e de uma possível união africana. Amílcar Cabral via a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde como uma solução e não um problema, “ignorando” assim as diferenças culturais entre os dois territórios (CASSAMA, 2014. p.90).

O projeto da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde teve oposição tanto por parte dos nacionalistas guineenses assim como cabo-verdianos, mas Amílcar Cabral levou adiante o projeto, pois ao concretizar-se, quebraria com as conceções ocidentais de um Estado-nação homogéneo e ainda defendia que “a maior asneira que se podia fazer na nossa terra seria criar na Guiné, partidos ou movimentos na base de etnias. Em 90 Cabo Verde, seria absurdo pensar em criar um Partido de gente que tem alguma coisa e um Partido de gente que não tem nada, para lutar contra o colonialismo português

Reconhecemos aqui que o princípio da Unidade Guiné-Bissau-Cabo Verde foi um elemento essencial da formação, da natureza, da política e, sobretudo, do êxito político-militar do PAIGC, e, portanto, da independência da Guiné-Bissau e mais tarde de Cabo Verde. Era a razão e o grande sonho de Amílcar Cabral, pois ele considerava este projeto “irrealizável sem a unidade das forças das duas comunidades”. Mas o projeto foi também, sempre um fator de tensão e divisão em ambos os territórios e é, certamente, a explicação última das maiores crises que o PAIGC atravessou ao longo da sua história. A união que se fez necessária durante a luta pela independência, se transformou em problema no período pós-independência, pois para nós a Unidade dos dois territórios se sustentava na figura de Amílcar Cabral, e com a conquista da independência e principalmente o seu desaparecimento físico, fez renascer as velhas, mas sempre presente diferença geográfica e principalmente cultural dos dois povos (CASSAMA, 2014. p.90).

Para atingir esses objetivos Amílcar Cabral já sabia que poderia custá-lo a vida, mesmo assim continuou. Algo que para nós jovens é extraordinário, foi exemplo de líder não só de Guine- Bissau e Cabo-verde, mas sim, em toda África. cria o partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, que se transformou em organização-chave que lutaria pela independência dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Amílcar Cabral não viu a África e nem a Guiné-Bissau e Cabo Verde livres do colonialismo, o que se deve ao fato dele ter sido brutalmente assassinado no dia 20 de janeiro de 1973 em Conacri. A morte de Amílcar Cabral deixou evidente a eficiência da sua liderança, pois o movimento da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde não se desmantelou, e ainda intensificou as suas ações, o que culminaria com a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau no dia 24 de setembro do mesmo ano, e a independência de Cabo Verde seria alcançada quase dois anos depois, ou seja, no dia 5 de julho de 1975.

De acordo com Augel (2007), em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado em Conacri, diante da sua residência, sendo substituído pelo Aristides pereira à frente do PAIGC. Os assassinos que são guineenses foram presos, mas os mandatários desse crime nunca foram descobertos. Longe estava, porém, que um tal golpe emocional e político amortecesse a luta pela libertação nacional. As forças libertadoras proclamaram, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau naquele mesmo ano, em 24 de setembro de 1973, em um ato festivo na pequena localidade de Lugadjol (ou Lugajol), situada na longínqua e inóspita região montanhosa Madina de Boé, no Sudeste de país. Somente depois da queda do regime ditatorial português (25 de Abril de 1974), Portugal reconheceu, em 10 de setembro de 1974, a independência da Guiné. A luta armada teve duração de onze anos, e o PAIGC, viria a proclamar unilateralmente a independência da Guiné-Bissau no dia 24 de setembro de 1973, o que seria reconhecido por Portugal só em 1974**.** No dizer de Carlos Lopes (2012), o aspeto mais espetacular da independência continua a ser a unilateralidade da proclamação (AUGEL, 2007. p. 60).

Amílcar Cabral não viu a África e nem a Guiné-Bissau e Cabo Verde livres do colonialismo, o que se deve ao fato dele ter sido brutalmente assassinado no dia 20 de janeiro de 1973 em Conacri. A morte de Amílcar Cabral deixou evidente a eficiência da sua liderança, pois o movimento da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde não se desmantelou, e ainda intensificou as suas ações, o que culminaria com a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau no dia 24 de setembro do mesmo ano, e a

independência de Cabo Verde seria alcançada quase dois anos depois, ou seja, no dia 5 de julho de 1975. Durante todo o processo da luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral pretendia preparar terreno e lançar as bases que iriam dar origem ao futuro Estado-nação guineense e cabo-verdiano, e tinha como objetivo fundamental a melhora significativa da vida das populações libertadas no nível social, econômico e cultural.

2.1 A Crise Política e Económica na Guiné-Bissau de 1973 a 1980

Podemos dizer que o que aconteceu na primeira República foi um palhaço. Não bastava assassinar Amílcar Cabral, mas também optaram em ignoraram a palavra de Amílcar Cabral, viraram tudo ao contrário; ao invés de servir o povo, era o povo que servia a um pequeno grupo de elite. Por outras palavras, a centralização do poder estava em mãos de um certo número das pessoas, e essas pessoas eram todas cabo-verdianas. Violaram exatamente aquilo que era tido como as palavras de consolação e de esclarecimentos para os lutadores, que eram as de criar condições para aqueles que, antes da luta, tinham os seus trabalhos e que voltariam a exercê-lo; mas, com as condições criadas, foi o que nunca aconteceu depois da morte de Amílcar Cabral. A revolta desses camponeses originou uma crise econômica na primeira República.

De acordo com Sousa (2012), a crise política do ano de 1980, principiou com a independência formal da Guiné-Bissau, em 1974, quando o PAIGC era tido numa lógica de partido/Estado e de um modelo de desenvolvimento estatizado. Em outras palavras, o PAIGC, depois da independência, era o único e legítimo partido para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Como é de conhecimento de todos os estudiosos dessa área, de que depois da independência das maiorias países africanos quase em geral, os modelos usados para governar, organizar e criar leis no país foram todas iguais dos europeus, senão diria pior no sentido da violência e repressão. No caso de Guiné-Bissau foi rapidamente instalado caos as horas depois de proclamação de independência efetuando buscas e apreensão, criando assim, tantas conturbações e de instabilidade em tão curto espaço de tempo, também criando confronto político-ideológico com aqueles que foram chamados de “inimigos internos e da revolução”, de traidores da pátria, entre os quais pontificavam os

ex-comandos africanos, os chefes tradicionais (régulos), membros de antigos movimentos nacionalistas, como a FLING (Frente de Libertação Nacional), eram como braço armado do colonizador para perpetuar o golpe logo nos primeiros momentos depois da independência, todos quantos, de forma organizada ou individualmente, se opunham ao novo regime. Os choques entre a ideologia que se vinha forjando nas áreas libertadas pelo PAIGC e que agora se queria transferir para centros urbanos e a ideologia predominantemente urbana, ainda não totalmente desgarrada da influência colonial, foram por demais evidentes.

Um governo ou Estado perdeu a cabeça tornou-se praticamente esquizofrênico, pois via inimigos em toda a parte. Tinha-se entrado num ambiente de euforia generalizada, típico de período pós-revolucionários em que, muitas vezes, não se olhava os meios para atingir determinados fins, em nome da Revolução. Tais choques e a fracassada tentativa de politização das massas urbanas por parte das novas autoridades, provocariam fricções e cisões internas com evidentes repercussões no reforço da máquina repressiva. Este reforço não foi, no entanto, suficiente para impedir que frustradas tentativas para tomada do poder por via da violência tivessem tido lugar, cujos protagonistas eram dissidentes do próprio regime, agora aliados aos "ex-comandos africanos". Os incidentes e perseguições aos ex-comandos do partido africano começaram em janeiro de 1975, quando estes se concentraram à frente da Embaixada de Portugal em Bissau, com o fito de reclamarem o pagamento de salários e de exigirem informações sobre qual seria o seu futuro no novo quadro político.

Estes choques, como são do conhecimento geral, acabaram em fuzilamentos nas matas de Mansabá, Cumere e Portogole. Estima-se que mais de meio milhar de compatriotas pereceram nas mãos da política do regime e dos militares entre 1974 e 1980. Aqueles que conseguiram escapar procuraram refúgio no vizinho Senegal e/ ou em Portugal.

As famílias daqueles que foram fuzilados e aqueles que se refugiaram no exterior nunca esqueceram este episódio, e procuram sempre vingarem-se; em outras palavras, a vingança em Guiné-Bissau é o que reina. E nada vai bem se não deixarem tudo acabar.

Na opinião de Sousa (2012), não foi só neste aspeto particular que o Estado socializante, que inaugurou a primeira República (1975-1980), falhou. No domínio

econômico, apesar das nacionalizações efetuadas, o novo poder também vai falhar na sua tentativa de conversão da agricultura e na instalação de unidades industriais ligadas ao setor primário. Por detrás deste falhanço, podemos assinalar, em primeiro lugar, os insignificantes e insuficientes incentivos à agricultura, cujos resultados imediatos poderiam ter contribuído para a fixação dos camponeses às suas terras, numa altura em que eram dispensáveis a uma economia em fase de transição.

Em segundo lugar, a escassez das chuvas, os consequentes maus anos agrícolas e a adoção de uma política em tudo semelhante à anterior praticada pelo colonizador (baixo preço dos produtos e a desvalorização da moeda), também vieram contribuir os falhanços das políticas agrícolas assentadas durante a I República. Em terceiro lugar e ligado ao segundo aspeto, o elevado custo da monopolização e das importações e exportações por parte do Estado, na tentativa de tirar dividendos, cujas consequências conduziram a pronta reação dos camponeses, que começaram a comercializar os produtos que muita falta faria à nascente indústria nacional nos países vizinhos; e, o abandono, pura e simplesmente, dos campos para fixarem-se nos grandes centros urbanos, (SOUSA, 2012). Os camponeses abandonaram os campos, porque estavam cansados de ver a não ser concretizada as palavras de Amílcar Cabral, que prometia uma melhoria das condições.

A opção pela abdicação dos campos teria reflexos imediatos na célula da estrutura produtiva nacional, que é a família e a tabanca (aldeia), as mais importantes unidades de produção, e na queda acentuada na produção agrícola entre 1979 e 1980.

Em quarto e último lugar está, também, a questão da mentalidade. A maioria dos nossos camponeses, arreigados ainda de modo profundo a uma economia de subsistência, estava ainda longe de poder corresponder à demanda e à expansão do mercado consumidor em franco crescimento, bem como as solicitações das novas autoridades na sua ambição de dotarem o país de unidades industriais ligadas ao setor privado.

Nesse sentido, o falhanço das prometidas reformas acabou por arrastar o processo da industrialização que se estava a iniciar. Assim aconteceu a desistência do complexo Agroindustrial de Cumeré, com a fábrica de compotas de Bolama e com muitas pequenas e médias unidades industriais.

Sousa (2012), defende que a exclusiva justiça deveria ser feita a nossa primeira República. Devemos dizer, claramente, que muitos projetos não avançaram durante a

administração de Luís Cabral por falta de preparo dos quadros administrativas, falta de profissionalismo e amor à pátria por parte de alguns funcionários de Estado e de dirigentes políticos nacionais. Ainda passamos um atestado de incompetência a nós mesmos por sermos incapazes de criar e de manter uma fábrica de transformação bauxita em alumínio destinada à exportação, como pretendia Luís Cabral, preferindo escoar a exportação a outros países e a empresas estrangeiras, sem estudos sérios do impacto ambiental que isto causaria.

Em 1975 e 1980, o regime da I República fez, de fato, um esforço gigantesco para munir o país de pequenas e médias unidades industriais: fábrica Bambi; Nhaie; Leite Blufo; Complexo industrial de Bolola; Semapesca; Fabrica para produções de oxigênio e acetileno de Bissau; Fabrica Titina Silá, de sumos e compotas; Empresa nacional de criação de aves – EMAVI, em LIonde; Estrela do mar; Dicol; Socotram e o Complexo agroindustrial de Cumeré; Empresas de transportes públicos (Siló djata) e Marítimos (Guiné-mar), entre muitos outros projetos. O grande objetivo em mente era evitar que o Estado se transformasse em uma grande empresa empregadora, porém, foi o que, de facto, ocorreu no decurso dos anos e, por conseguinte, em fonte de todos os conflitos e lutas pelo poder.

Ainda segundo Sousa (2012), havia outro fator; a falta de produção interna ou o seu despejo para os mercados vizinhos a preços acessíveis levaria o Estado a ressentir-se do ponto de vista financeiro ao ver baixar drasticamente uma das suas principais fontes de receita e ainda ver aumentada a despesa pública devido a implantação de produtos alimentares e/ou de luxo com todos os desequilíbrios que esta situação provocava. O endividamento externo do Estado, que chegou a atingir 90% entre 1975 e 1979, como medida para cobrir as despesas com as importações de bens de consumo e para o relançamento de projetos tornou-se inevitável. Por outro lado, assistiu-se desde a independência até ao golpe do estado de 1980, a um aumento substancial da inflação para níveis controláveis. Este aumento da inflação e a queda dos salários contribuíram para o agravamento do nível de vida das populações assalariadas, tendo inclusivamente arruinado alguns camponeses devido à desvalorização dos produtos agrícolas.

Em traços gerais, isso significa que, apesar de alguns esforços no sentido de controlar a situação econômica, não foi ainda acompanhado das necessárias melhorias de condições de vida dos cidadãos. Todos os falhanços atrás apontados, são

responsabilidades e devem ser imputadas por inteiro à situação conjuntural e a alguns erros de governação, pois trouxeram profundos reflexos no ponto de vista social. As contradições, os conflitos e as vinganças tenderam a sobreviver, ameaçando a já frágil unidade e o equilíbrio interno, e afetou as relações do poder. A nível da estrutura política, agudizavam-se as tensões no seio da classe dirigente, à medida que o poder tendia para uma maior centralização. Inaugurava-se, assim, uma nova fase nas relações políticas.

Para Sousa (2012), é certo que a fenda que então se verificou a nível da coesão social e nas relações do poder começou por afetar a sociedade e o Estado. Foi assim que o novo poder, ferido de morte, foi perdendo gradualmente a legitimidade histórica, mas ainda contava com um forte aliado – o aparatas policial e militar- para ainda se conservar, porém, por muito pouco tempo.

Portanto, se as ruturas nas relações de poder e na coesão social ameaçaram o Estado, não foram, no entanto, capazes de o pôr em perigo. Porquê? Porque o estado guineense, que então estava se estruturando, formou-se como parte integrante de uma lógica político partidária em que o aparato repressivo (a polícia, o exército e a segurança do estado) eram um dos seus principais componentes. Foram esses aparatos repressivos que intervieram (por vezes, de forma violenta) para conter as fricções e as lutas internas, bem como para regular as relações políticas, econômicas e sociais.

Em síntese, podemos dizer que durante a I República, o novo Estado tinha já entrado em crise pelas seguintes razões: 1) Pelo desgaste experimentado; 2) Pelo falhanço das tentativos de politização das massas urbanas; 3) Pelo falhanço inesperado do seu programa econômico industrial. Deste modo, começou-se a cavar-se um fosso entre a estrutura do poder e aquela que poderia ser a sua base sociológica de apoio – as populações urbanas. O Estado, ou melhor, o partido/estado, passou a estar apenas ao serviço de uma minoria, num quadro em que a mobilidade social se processava, tão somente, no interior da máquina político-partidária, praticamente vedada a entrada de novos membros, sempre sujeitos a um grande escrutínio.

Por outro lado, o intervencionismo do Estado socializante, importado do centralismo democrático e do paradigma do estado patrimonial, seria também umas das causas do seu desgaste por falta de recursos humanos e material que o tornariam prisioneiros das ajudas externas e do paradigma colonial que havia procurado rejeitar. Ao

juntar-se a tudo isso esteve ainda, do outro lado, a incapacidade de renovação, de rejuvenescimento e de reformulação da ideologia, de forma a adaptá-la a um novo contexto sociopolítico. A lacuna que se criou entre o novo poder instalado em Bissau e as populações, tendeu a incrementar, e com eles os conflitos de interesses cada vez mais inconciliáveis.

Conforme Tcherno Jaló (2012), o regime do presidente Luís Cabral, caracterizado pelo autoritarismo e concentração do poder, tinha evoluído para o que o seu irmão, Amílcar Cabral, mais temia; isto é, a deriva do centralismo democrático para o centralismo burocrático. Este regime era também marcado por escolhas políticas profundamente divergentes das escolhas de Cabo Verde. Esta amálgama de crise institucional, resultado do desequilíbrio crescente do poder entre o Estado, o Partido, e a etnia, ou seja, conflitos entre guineenses e cabo-verdianos, mascarava um conflito muito mais fundamental: a posição entre a tendência tecnocrática reunida em torno de Luís Cabral e a tendência militar-populista reunida em torno de Nino Viera.

Na primeira República verifica-se que houve uma mudança de regime que tinha estrangeiros europeus com muita repressão e centralização de poder com relação a indiferenças, achando uma classe superior a outra. Depois de a Guiné-Bissau ser independente o povo esperava uma mudança, mas entrou um outro com o mesmo regime mudando, somente, um estrangeiro europeu por um estrangeiro africano, nesse caso, cabo-verdiano. E essas são as causas da revolta de Amílcar Cabral, a repressão e centralizações violência dos direitos do povo guineense; entretanto, depois de sua morte, o seu irmão, Luís Cabral, subiu ao pódio e fez tudo ao contrário, seguindo o que o seu irmão conservava contra o autoritarismo e a centralização do poder.

Assim encerramos o segundo capítulo. Neste capítulo abordamos de dois assuntos de suma importância; o primeiro foi exatamente a luta pela independência; a onde mostramos papel de PAIGC e seus intelectuais contribuíram para que essa ideologia se tornasse uma realidade, e como convenceram os camponeses a aderirem a luta da libertação pela independência. Tratamos daquilo que Augel (2007), chama de clima de insatisfação geral abalava toda África, fez vibrar, também, nas colônias portuguesas a náusea pela liberdade na década de cinquenta, do século XX. Embora numericamente sejam poucos, pois a metrópole não foi liberal em proporcionar aos seus submetidos de além-mar a oportunidade de formação acadêmica, estudantes africanos de colônias

portuguesas reuniam-se na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, onde liam livros e notícias vindas da França, e as ideias de libertar seus países cresciam cada vez mais de uma forma escondida (não tinham um lugar certo) ou clandestina. Entre esses estudantes, destacavam-se Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, ambos de Angola; Eduardo Mondlane e Samora Machel de Moçambique; e, Amílcar Cabral, nascido na Guiné, criado em Cabo Verde, ligado estreitamente a ambas as colônias, o líder máximo e mentor da resistência guineense e cabo-verdiana. Cabral, dirigente intelectual, militar e político da luta da libertação, foi admirado e aplaudido internacionalmente como teórico revolucionário, chefe militar e estadista.

Também destacamos o papel extraordinário daquilo que é considerado umas do melhor exemplo em toda Africa, Amílcar Cabral. Como afirmam alguns estudiosos, Amílcar Cabral foi um líder visionário e carismático, e exercia uma certa supremacia entre os dirigentes nacionalistas das colônias portuguesas, a ponto de ser ele a dirigir uma delegação que foi recebida pelo Papa Paulo VI em 1970. A sua liderança era muito respeitada e admirada, e isso lhe deu a oportunidade de ser o primeiro líder de um movimento independentista a discursar perante o conselho de segurança das Nações Unidas, e dois meses depois a Guiné-Bissau seria o primeiro território colonizado e em guerra contra a colonização a ser visitado pela Comissão de Descolonização das Nações Unidas. António Duarte Silva considera que Amílcar Cabral “foi um dos maiores dirigentes das lutas de emancipação em África, ao lado de Frantz Fanon, de Nkrumah e, atualmente, de Mandela. Não só do ponto de vista político e militar, mas também intelectual e diplomático. O capítulo é da suma importância, porque nos dá a ideia clara sobre o futuro capítulo e permite-nos efetuar uma interligação com o assunto em seguida.

CAPÍTULO III – CRISE POLÍTICA NA GUINE-BISSAU: GOLPE DE ESTADO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1980.

Este capítulo contém uma só seção onde analisaremos o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, o fim do projeto da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, as tensões que conduziram a expulsão dos fundadores do país onde jogavam um estatuto de liderança.

Desde a sua fundação, o PAIGC esquematizou como fim uma última união política entre os territórios da Guiné e Cabo Verde. Pela primeira vez, Cabo Verde introduziu-se na programação política do P.A.I.G.C, quando da realização de uma reunião de quadros do partido em Dakar, de 17 a 20 de julho de 1963, em que participaram além de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Vasco Cabral, Victor Saúde Maria, Abílio Duarte, Pedro Pires e José Araújo. No encerramento do encontro preparou-se um comunicado onde se afirmava que: "A reunião procedeu a uma análise objetiva e detalhada de todos os fatores que interessam à luta em Cabo Verde, assim como das relações dessa luta com a da Guiné", (FERNANDES, 2007. p. 91). O fervor revolucionário em torno do lema "unidade e luta/ luta pela independência dos povos da Guiné e Cabo verde", estratégia difundida por Amílcar Cabral, parece ter diminuído os males do chamado colonialismo cabo-verdiano na Guiné ou agentes do colonialismo português, para congregar cabo-verdianos e guineenses à volta de um ideal comum: a luta contra o colonialismo português.

De acordo com Fernandes (2012), segundo algumas estimativas, nos anos 1950, mais de 75% da administração colonial portuguesa na Guiné era assegurada pelos cabo-verdianos, considerados como agentes do colonialismo português.

> Peter Caribe Mendy, um dos críticos desta presença cabo-verdiana, refere que: Para as verdadeiras vítimas do colonialismo português, a grande maioria das populações rurais, pejorativamente chamadas de «gentios», o pior aspeto da presença colonial portuguesa está associado aos cabo-verdianos, como os funcionários coloniais que

> lhes cobravam impostos e os forçavam a trabalhar gratuitamente nos «projetos públicos» e castigavam-nos sem demora pela mais pequena infração do código do indigenato. (FERNANDES, 2007.p.92).

Na verdade, essa união entre esses dois povos era muito difícil de se concretizar, contudo tinha um forte e querido homem por ambos os lados, Amílcar Cabral, que lutou e concretizou, por pouco tempo, e até lhe custou a perda da vida; perda que teria mais sentido se essa união tivesse prevalecido, o que honraria mais a sua luta; mas esta união não tinha como prevalecer, porque os guineenses tinham trauma, ódio, rancor e até medo, sentimentos estes provocados pela dureza e violenta administração dos cabo- verdianos durante a colonização.

O que levou os militares guineenses a realizar o golpe de Estado foi o colonialismo cabo-verdiano. Nesse sentido, afirma Fernandes (2007), inicialmente a operação militar que levaria ao golpe, programado para 16 de novembro de 1980, foi antecipado para o dia 14 do mesmo mês, devido a fuga das informações. A intervenção foi muito rápida e, no dia seguinte, 15 de novembro, a Guiné-Bissau estava completamente atinada pelo Comando Operacional de 14 de novembro, tendo as diferentes regiões militares concordado à ascensão militar. Sobre as razões que levaram a esta ação militar, intitulada "Movimento Reajustador", e negando o nome de golpe, afirma João Bernardo Vieira, chamado carinhosamente de nome Nino Vieira durante clandestinidade da luta de libertação.

> O recurso às armas não foi, porém, a via mais fácil para eles. Nos últimos tempos houve várias tentativas de, no quadro dos princípios básicos do nosso Partido o P.A.I.G.C, solucionarmos os graves problemas nacionais. Infelizmente, benefício de uma política antidemocrática, de flagrante desviou à linha do Partido e foi sendo bloqueada todas as possibilidades de discussão e de diálogo. Como causas fundamentais que originaram a nossa ação do passado, dia 14 de novembro, realçamos a degradante situação económico-social do país, o desvio da linha ideológica do Partido, consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático, no combate duro à aplicação do princípio de crítica e autocrítica, na deturpação do Princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde, e na introdução do divisionismo no seio dos militantes, dirigentes (FERNANDES, 2007. p. 89).

Na reação ao golpe de 14 de novembro de 1980, o secretário-geral, Aristides Pereira, afirma que não havia qualquer descontinuidade ideológica a justificar o golpe. Na mesma comunicação telegráfica endereçada a ele, Nino Viera, responsável pelo acontecimento, reafirmou ao camarada secretário-geral, que o acontecimento de 14 de novembro nada tinha contra as linhas de pensamentos do saudoso Amílcar Cabral e os fundamentos do partido. Os novos poderes em Guiné-Bissau, nomeadamente o Conselho da Revolução, eram formados por "verdadeiros militantes", estavam" prontos e abertos para discussões" e como tal "não houve nenhum desvio às linhas do partido. É tida como detonadora da ação militar, a revisão constitucional que, segundo João Bernardo Vieira, objetivou-se" na personalização do poder e na negação ao povo guineense da sua Identidade Nacional". É que também segundo os golpistas, enquanto em Cabo Verde a Constituição não permitia a um guineense ser Presidente, o texto da Guiné foi elaborado de forma a permitir que um cabo-verdiano fosse presidente, e permitia a pena de morte na Guiné-Bissau e não em Cabo-Verde. Os guineenses reclamavam a Unidade na Igualdade das Leis elaboradas (FERNANDES, 2007. p. 89).

Um despacho da ANOP dá conta que a sigla P.A.I.G.C não foi uma única vez mencionada nos comunicados e mensagens do novo regime (regime da I República). Segundo a mesma agência esta atitude surge como um esforço da convicção generalizada de que o golpe marcou o fim definitivo do projeto de Unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, e até se chegou a especular que o P.A.I.G.C, na Guiné-Bissau, tinha os seus dias contados (FERNANDES, 2007. p. 90).

Para evitar alguns excessos, João Bernardo Vieira, "Nino Vieira", afirmou que o P.A.I.G.C ainda não havia acabado, no entender deles. Para Mário Cabral, a falta de referência ao P.A.I.G.C justifica-se pelo fato de o Conselho da Revolução ter assumido todas as funções que competiam ao Conselho do Estado, Assembleia Nacional Popular e Comissários de Estado.

A convulsão gerada no seio do Partido-Estado, por causa do levantamento militar de 14 de novembro de 1980 e a introdução de uma instituição estranha ao P.A.I.G.C, o Conselho da Revolução, levou Nino Vieira a endereçar uma mensagem ao Secretário-Geral do P.A.I.G.C justificando a ação, cujo teor passamos a citar.

> Perante a grave situação que se criou durante os últimos tempos, cujo desfecho era imprevisível e capaz de provocar consequências irreparáveis, pondo em causa a nossa revolução os objetivos e a linha do pensamento do nosso saudoso Camarada Amílcar Cabral, fomos obrigados, respondendo aos anseios do povo, de, no dia 14 do corrente mês de novembro, tomar as medidas que a situação impunha. (FERNANDES, 2007. p. 90).

No sentido de descredibilizar o regime deposto e justificar o golpe no plano interno e externo, foram apresentados aos jornalistas os esqueletos de pessoas fuziladas, tendo o vice-presidente do Conselho da Revolução dito que Luís Cabral deveria prestar contas. Falando sobre o desconhecimento do massacre, Nino Vieira afirmou que na primeira reunião que teve no conselho de Ministros, o Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, tinha-lhe dito que as Forças Armadas e a Segurança passariam a estar sob o seu domínio e que, praticamente, todas as coisas não eram do seu conhecimento, e chegou a citar o caso de Farim (Capital da região de Oio), onde cerca de cem pessoas morreram sufocadas, e que só pouco tempo depois do golpe ficou a saber. Se para as autoridades da Guiné-Bissau o golpe não punha em risco o pensamento de Cabral e os fundamentos do partido, discursos como o de correr com os colonos que ainda estavam na Guiné-Bissau, devolver a identidade nacional aos guineenses, segundo a libertação nacional, proferidos pelos membros do Conselho da Revolução chocaram profundamente os camaradas cabo-verdianos. Fato que levou muito cedo, o Conselho da Revolução, a empenhar-se em afirmar que o Movimento Reajustador nunca foi e nem seria racista contra cabo-verdianos e que, por isso, os cabo-verdianos não tinham nada a temer. (FERNANDES, 2007.p. 90).

Para Fernandes (2007), José Leitão da Graça, foi o primeiro a levantar a voz contra o princípio da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde; justamente argumentava contra este princípio o fato de os guineenses nutrirem ódio contra os cabo-verdianos, devido, principalmente, ao papel destes nas campanhas de pacificação colonial. Em certa medida, o 14 de novembro veio a dar-lhe razão, e considera que o 14 de novembro corrigiu o 5 de julho. Vozes também no seio do P, A, I, G, C questionaram sobre o projeto da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Fernandes (2007), percebendo ia polêmica em torno da questão da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, traz essa fala de Osvaldo Lopes da Silva, um dos líderes do PAIGC: É em Moscovo que tenho os meus primeiros contatos com os guineenses e começo a perceber as reticências que eles punham à unidade. E é também aí que começo a

compreender a complexidade do problema. Depois de vários episódios, escrevo uma carta ao Amílcar Cabral em 1963 e questiono, pela primeira vez, a unidade. Digo nesta carta que nem o povo de Cabo Verde nem o povo da Guiné acreditam que são um só povo. Defendo que se devia pôr claramente a questão. Para ele, tratava-se de dois povos que se tinham juntado para fazer em comum a luta pela independência e que se tudo corresse bem poderiam partir para a unidade. Eu dizia que, para mim, a argumentação avançada para justificar a unidade não era convincente. Quanto a mim, ela não podia ser justificada por termos a mesma cultura, a mesma história. O Cabral ficou aborrecido, como se pode constatar, o princípio da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, o principal alicerce do P.A.I.G.C constituía uma questão tabu. (FERNANDES, 2007. p. 92).

Num deslumbramento enviado pela Polícia Internacional de Defesa de Estado (P.I.D.E) à presidência do Conselho e ao Ministro do Ultramar dizia que, dado a discórdia que se tinha verificado entre os dirigentes dos indivíduos que em Dakar desenvolvem atividades antiportuguesas, o chamado Movimento de Libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde (M.L.G.C.V), dividiu-se em dois grupos, que passaram a denominarem-se "Movimento de Libertação da Guiné-Bissau" e "Movimento de Libertação" de Cabo-Verde, isto como resultado principal da inimizade existente entre guineenses e cabo-verdianos, por aqueles acusaram estes de os quererem dominar.

O próprio Amílcar Cabral tentava ofuscar o conflito latente entre cabo-verdianos e guineenses ao afirmar que não existiam no seio do povo de Guiné-Bissau, ou entre o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, a contradição que poderia ou dificultaria a unidade essencial para a liquidação da colonização portuguesa, em comum.

Quais as razões que levaram ao Movimento Reajustador?

Em conformidade com Fernandes (2007), Álvaro Nóbrega apresenta como razões do Movimento Reajustador: uma situação econômica calamitosa, descontentamento nas F.A.R.P e, a repressão da repressão. Outro estudioso da crise política guineense como Fafali Koudawo, aponta entre os fatores mais salientes do Movimento Reajustador de 14 de novembro, as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional desejado pelo PAIGC, mas mal-aceito e mesmo mal vivido pelas populações dos dois países destinados à união.

O PAIGC, foi fundado na Guiné-Bissau, mas os seus membros fundadores eram praticamente todos de sangue e cultura cabo-verdiana, à exceção de Elyseé Turpin. De um pequeno número de mestiços cabo-verdianos, rapidamente o P.A.I.G.C se transformou num partido de massas guineense. Considera-se que no seio do P.A.I.G.C, a convivência entre os guineenses e cabo-verdianos não foi pacífica, tendo como primeira consequência o assassinato de Amílcar Cabral. Como afirma Álvaro Nóbrega, o núcleo de conspiradores era exclusivamente constituído por guineenses. Mais do que a morte de Cabral, o seu objetivo era obter um lugar, o qual se achava com direito, no comando do partido. No seu entendimento não era lógico nem aceitável que uma escassa centena de homens, maioritariamente não combatentes, possuísse um peso político muito superior ao dos milhares combatentes guineenses que diariamente empenhavam as suas vidas nas frentes de combate.

Consoante Sousa (2012), a centralização e a concentração do poder nas mãos de uma elite política tendencialmente mais isolada e afastada da base sociológica e de apoio, vão entrar em contradição, e até em confronto com a crescente marginalização ao povo da Guiné-Bissau. O Estado, que devia funcionar como instrumento de satisfação do bem-estar e de proteção dessa maioria sociológica, transformou-se numa entidade ao serviço de uma minoria, num quadro em que, como já se dissemos, a mobilidade só se processava no interior da máquina político-partidário que corporizava e/ou controlava o partido/Estado.

Estas seriam as razões que conduziram ao golpe do estado de 14 de novembro de 1980. Mas houve mais razões que estiveram por detrás do golpe. Uma delas prendia-se com o debate em torno do anteprojeto dos estatutos e do programa a ser apresentado ao 3º Congresso do PAIGC, que a ala guineense do partido chegou a reputar de antidemocrático. A outra estava associada ao projeto de revisão constitucional que, do ponto de vista do líder do golpe de 14 de novembro de 1980, João Bernardo Vieira, tinha objetivado na absoluta personalização do poder e na rejeição da identidade do povo guineense.

A centralização e a concentração do poder nas mãos de certo número de pessoas designada, à época, como elite política tendencialmente mais isolada, não só violava os princípios do partido (PAIGC), mas também, o ponto de vista do que é política. Deixaria de concebê-la como relação entre diferentes pessoas, e se primava, de forma dogmática,

pela homogeneização ideológica de princípios que, consequentemente, o conduziria a crises profundas e violentas.

Sousa (2012), durante a luta de libertação, a insuficiência numérica de cabo-verdianos na direção superior do partido parece não ter preocupado muito os militares guineenses que, nas frentes de batalha, estavam a aplicar pesadas derrotas ao exército colonial português; e, ao mesmo tempo, a fazer com que o P.A.I.G.C ganhasse prestígio internacional. Se durante a guerra esse conflito manifesto não foi muito despoletado, dificilmente esta situação poderia se manter após o término da mesma. Considera Álvaro Nóbrega, que o Movimento Reajustador foi uma coligação de todos os facões guineenses no sentido de afastar os cabo-verdianos do domínio do poder. Nós corroboramos desta opinião, pois a rádio de Guiné-Bissau, controlada pelo Comando Operacional de 14 de novembro, numa das suas emissões, no calor da revolução ora iniciada, afirmava que "o povo da Guiné-Bissau conseguiu finalmente a sua independência"; entenda-se, em relação aos cabo-verdianos que não eram considerados guineenses nem de sangue e nem de cultura.

Victor Saúde Maria, vice-presidente do Conselho da Revolução, foi o enviado especial de João Bernardo Vieira às autoridades senegalesas. Esta afirmação, só confirma que, mesmo sob o signo da unidade, a Guiné-Bissau era considerada pertença dos Guineenses, e que, por outras razões evocadas para justificar o golpe, não passavam de ingredientes secundários. Era, aliás, assim que parte da imprensa internacional interpretava os acontecimentos, para grande preocupação do governo de Cabo Verde. Num ofício confidencial de 19 de novembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros reenviou a Aristides Pereira e ao gabinete do 1º ministro, os telexes recebidos das representações de Cabo Verde, em Washington e na O.N.U. No de Washington lia-se o seguinte:

> A administração americana vai reconhecer o novo regime saído do golpe. Percebemos algumas incompreensões sobre atitude nosso governo condenando o golpe. A imprensa americana sempre apoiada em fontes europeias, particularmente portuguesas, tem-se referido favoravelmente à nova situação, dando por vezes a entender que o golpe foi uma reação contra pretensão dominação de mulatos cabo-verdianos.

E no da representação na O.N.U, lia-se o seguinte:

> Começaram já circular rumores nos bastidores das Nações Unidas de que o golpe Estado foi motivado pelo descontentamento de atitude dos cabo-verdianos em querer dirigir o processo Guiné-Bissau. É, aliás, na sequência destas informações que se deve compreender a reação imediata do embaixador Corsino Fortes, em Lisboa, preconizando combater frontalmente a campanha radiofônica e jornalística que tem veiculado a falsa ideia de que a hegemonia cabo-verdiana constituiu motivo principal do golpe de Estado na Guiné-Bissau.

Os pactos históricos entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, eram reforçados pela luta anticolonial se resumiam em duas extensões, uma onde foi decretada a morte do próprio partido, e a outra onde surgiram movimentos com o objetivo de batalhar o colonialismo português e os cabo-verdianos que apoiavam essa ação. A estrutura política binacional, por exemplo, o Movimento da libertação de Guiné-Bissau, que cedo se indispôs a Amílcar Cabral, a quem nomeou pejorativamente de cabo-verdianos, acusava-os de terem ajudado os portugueses na dominação colonial na Guiné-Bissau e, perante a eventualidade de uma independência eminente, queriam substituir os colonialistas. Um dos seus fundadores, Rafael Barbosa, que mais tarde acabou por associar-se ao P.A.I.G.C, é ainda hoje tido como suspeito no assassinato de Amílcar Cabral, voltou a fazer parte na conjuntura de 14 de novembro. No primeiro comunicado lido por Manuel Saturnino, o Conselho da Revolução disse que faria, em instantes, uma comunicação ao país o melhor filho da Guiné, cujo nome não foi revelado. Por volta da meia-noite, Rafael Barbosa que tinha sido libertado por seus partidários, começou a ler o seu comunicado, tendo-lhe sido, a certa altura, cortada a sua palavra.

No rescaldo do golpe, a tensão acumulada pelos acontecimentos da última fase da guerra de libertação tornou-se manifesta. Uma das acusações mútuas com maior impacto político era a que envolvia a luta interna pelo poder no PAIGC e as cumplicidades no assassinato de Amílcar Cabral. No discurso proferido na região natal de Cabral, Santa Catarina, na ilha de Santiago, Pedro Pires, então primeiro-ministro, fez uma associação ambígua, colocando os golpistas de 14 de novembro na esteira dos que assassinaram Amílcar Cabral, sem saberem que estavam matando um dos mais prestigiosos líderes da África e uma das inteligências do Terceiro Mundo.

Do lado da Guiné-Bissau tinha-se, entretanto, manifestado a intenção de promover um inquérito e julgamento, não só aos antigos dirigentes depostos como ao próprio presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira. O inquérito, dizia o Conselho da

Revolução, poderia aclarar as circunstâncias do assassinato de Amílcar Cabral e o rapto de Aristides Pereira. Segundo a Rádio Marconi, os comentários do PAIGC em Cabo Verde foram irônicos. Cruz Pinto e Victor Freire Monteiro (nota: este último incluía o novo governo como governador do Banco Nacional) foram, de facto, bem situados para fazer luz sobre esse fato. Victor Freire Monteiro foi, deveras, indicado pelos jornais de Lisboa, na manhã seguinte ao assassinato de Amílcar Cabral, (20 de janeiro de 1973), como o novo secretário-geral do PAIGC.

Uma outra amostra evidente da tensão resultante das disputas entre os diferentes facões do PAIGC, segundo Fernandes (2007), desta vez com trágicas consequências no período pós-independência, foi relativa aos fuzilamentos da Guiné-Bissau. A principal acusação do Conselho da Revolução contra o ex-presidente Luís Cabral, a aguardar julgamento, consistia nos fuzilamentos de militares guineenses. Sabe-se que parte deles, como os Comandos Africanos, integravam as tropas coloniais, não tendo sido devidamente negociado o seu estatuto pelas autoridades coloniais portuguesas quando da entrega do poder em 1975. As valas comuns de cerca de 500 fuzilados foram – estranhamente – retomadas pelo discurso de Pedro Pires no município de Santa Catarina, em reação às acusações da Guiné-Bissau. Pires reenviava essa responsabilidade para os antigos ministros de Luís Cabral (de fato, todos reconduzidos em novas funções pelo Conselho da Revolução) e acrescentou:

> Que se queira agora sujar Luís Cabral, compreende-se, mas que, para isso, se tenha de reabilitar cães de guerra que cortavam as orelhas às vítimas para receber prêmios, é um escândalo. Que os porta-vozes do chamado Conselho da Revolução queiram vir insinuar que António Spínola e os seus Comandos Africanos é que tinham razão, é ir longe demais. (FERNANDES, 2007. p. 97).

Tratava-se de uma nova acusação de cumplicidade com o Estado colonial aos novos poderes da Guiné-Bissau a que Pedro Pires recorreu, mesmo correndo o risco de passar por legitimador do que já, então, aparecia como um massacre aos olhos da comunidade internacional. Mesmo para a imprensa ideologicamente próxima, havia dificuldades de conciliação entre estas acusações mútuas: o Magica (Centro de Informação de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau) que emitia a partir de Londres e com uma nítida orientação de apoio aos novos regimes, explicava apenas que os

"revoltosos" tinham "sucumbido à propaganda racista" que os portugueses desenvolveram durante a guerra,

Por tudo que até agora descrevemos, os esclarecimentos dos reajustadores apontaram claramente as causas e motivos da revolução, mas pelo que sabemos, o líder desse grupo deixou por de trás uns pequenos detalhes, por exemplo, que, na tomada de posse, João Bernardo Nino Vieira se surpreendeu e chorou pelo cargo que era obtido naquele momento. Líder e número um depois da morte de Amílcar Cabral na luta pela independência, não esperava o que viu.

O termo "elite mestiça" usado por Jaló, era exatamente o mesmo usado pelos colonizadores para dividir, fragilizar, separar e para melhor dominar. De acordo com Jaló (2012), as causas que vieram a detonar o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e o fim de projeto de união Guiné-Bissau/Cabo Verde, são amplamente conhecidas e analisadas numa grande quantidade de artigos e de obras. Este acontecimento é duplamente emblemático para o nosso propósito. Por um lado, ele pós termo à hegemonia política de primeiro plano dos cabo-verdianos, datado de vários séculos e, por outro lado, este golpe de Estado constitui um segundo entrave ao desenvolvimento da comunidade mestiça na Guiné-Bissau, sendo a primeira a independência em relação a Portugal.

A penetração do aparelho político-administrativo na Guiné-Bissau pelos funcionários cabo-verdianos e mestiços guineenses pode perpetuar-se através das épocas e períodos históricos radicalmente opostos. Se por razões históricas já evocadas os seus papéis de auxiliares e de burocratas da administração colonial foram determinantes na gestão administrativa da colônia, são os membros desta mesma comunidade que constituíam a liderança do movimento armado de libertação nacional. Vimos que durante a guerra de libertação eles ocupavam os postos chave na direção política, diplomática e militar. Esta tendência foi consideravelmente reforçada após a independência. Até 1976, destes membros da mais alta instância do PAIGC, da Comissão Permanente do Comitê Executivo da Luta, três eram cabo-verdianos (Aristides Pereira, Pedro Pires e Abílio Duarte), dois eram guineenses de origem cabo-verdiana (Luís Cabral e Constantino Teixeira), e dois Guineenses, (Nino Viera e Umarú Djaló).

Neste contexto, o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 não quebrou, na realidade, a unidade Guiné-Bissau/Cabo Verde. Não fez mais do que endossar uma rutura de fato que se tinha produzido no interior da organização política supranacional.

Conforme Jaló (2007), a história da implantação europeia na Guiné-Bissau faz com que sejam grupos animistas do litoral, e o meio social dos luso-africanos que tivessem conhecido a maior taxa de mestiçagem com os portugueses durante a primeira fase do processo. Em seguida, a mestiçagem entre os brancos, e os cabo-verdianos ganha terreno, como é confirmado por um testemunho de Pélissier, segundo o qual a maior parte das amantes dos brancos, nos anos 30, em Guiné-Bissau, eram mestiças de Cabo Verde. Por isso, a grande maioria das crianças mestiças nasciam fora do casamento. O meio no qual as crianças mestiças nascidas de mãe africana eram socializadas aproximavam-nas mais da sociedade branca do que da comunidade de origem da sua mãe. O que nós chamamos de "questão mestiça" na Guiné-Bissau procede, não de conflito ENTER étnico, mas antes de uma questão política para uma parte da elite negra.

Ainda segundo Jaló, a politização deste fato social está ligada ao fato de a elite da comunidade mestiça da Guiné-Bissau ser uma das mais antigas elites políticas africanas. Enquanto em toda a África francófona e anglófona as elites políticas eram relativamente jovens, nascidas com a descolonização, na Guiné-Bissau, os mestiços conseguiram assegurar a sua hegemonia dentro do aparelho político-administrativo do século XV aos nossos dias. Esta hegemonia é constante através dos períodos históricos profundamente contrastantes, indo da era colonial ao Estado soberano, passando pela fase da luta de libertação nacional.

É um fato inegável que alguns cabo-verdianos e mestiços guineenses constituíram o principal suporte militar e administrativo durante a primeira fase de colonização da Guiné. Até 1879, o exército colonial estacionado na Guiné-Bissau era composto, exclusivamente, por cabo-verdianos e colocados sob o comando misto luso-cabo-verdiano. Na realidade, apesar da autonomia administrativa de 1897, a Guiné-Bissau nunca deixou de ser uma colônia gerida por alguns cabo-verdianos. Em 1936, por exemplo, metade dos funcionários de médio escalão (incluindo administradores) são cabo-verdianos, constituindo, também, a esmagadora maioria dos pequenos funcionários. Em 1937, todos os funcionários nos Bijagós são cabo-verdianos, com exceção de um enfermeiro branco.

Todas as outras comunidades africanas contribuíram, de uma maneira ou de outra, na colocação do seu país sob independência. Uma vez desencadeada a luta de libertação, o essencial dos esforços da guerra ao lado das forças colônias contra o movimento de libertação, assentava sobre as tropas africanas. Se estas forças eram de dominante Fula, todos os outros grupos étnicos ali tomaram parte de maneira mais ou menos ativa. No entanto, a conclusão chegada é de que as principais motivações da adesão massiva dos negros guineenses ao exército colonial eram mais de ordem material (um ganho prestigiado mais do que a pátria).

A ideia é que o exército português oferecia os melhores salários que um guineense podia esperar na Guiné-Bissau. A maior parte dos autores que trataram a questão da colaboração étnica com poder colonial observou uma maior participação das sociedades islâmicas de estrutura social vertical. É nomeadamente o caso dos trabalhos de Amílcar Cabral que distinguiu, pela primeira vez, duas formas de organização social; por outro lado, as sociedades acéfalas de confissão animista e de estrutura horizontal e, por outro lado, as sociedades hierarquizadas de confissão islâmica e de estrutura vertical.

Cabral observa que, devido a sua forma de organização social, os últimos eram mais levados a colaborar com as autoridades coloniais que os primeiros. Não contestamos aqui esta tese, mas o estudo minucioso das pertenças etnias do contingente africano do exército colonial português, na Guiné-Bissau, permitiu-nos fazer nuances a esta generalização.

Na primeira República, todos os indicadores sugerem que o futuro da comunidade mestiça e da mestiçagem na Guiné-Bissau estava ameaçado na sua essência. A rutura do cordão umbilical com Portugal após a independência, o espaçamento das relações genéticas, sociais, econômicos, culturais e políticas na sequência do fracasso do projeto de união com Cabo Verde e a improbabilidade de garantir uma endogamia clínica estrita, fizeram com que a maioria mestiça fosse ameaçada a prazo na sua existência enquanto grupo social distinto. Trata-se, aqui, da dinâmica do processo de retorno à raça negra, de acordo com o esquema genealógico desenvolvido. Por analogia, assistimos a um fenômeno idêntico no início do mesmo século nas margens da Guiné-Bissau e de Cabo Verde quando o poder de absorção das populações locais venceu as pequenas comunidades mestiças que sobreviveram ao esquecimento e à concorrência estrangeira. Elas acabaram por vacilar e tornaram-se praticamente indistintas do mundo africano

animista em seu redor, tendo conseguido preservar, apenas, os seus nomes de origem portuguesa e a sua língua crioula.

A crescente “negritização” dos mestiços e o seu afastamento enquanto desafio e ator político, deixam apavorados que a desagregação tradicional que os opunha aos negros da Guiné-Bissau seja modificada numa rivalidade entre as elites das comunidades de lusitanizados e as comunidades muçulmanas. Este risco só pode ser afastado pelo estabelecimento de instituições verdadeiramente democráticas e pluralistas, pela elaboração de um projeto de sociedade viável e credível e por uma maior integração no espaço econômico e político da sub-região.

Durante o diálogo sobre o golpe de 1980, neste capítulo, percebemos que não houve nenhuma ideia contraditória sobre o assunto entre os três autores. Como disse Antônio Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é feita através de outras matérias já elaboradas, nesse caso tende a sofrer muitas alterações para não se tornar plágio. Foi o que percebemos, com pequenas diferenças nas palavras e termos, mas os conteúdos são os mesmos.

Até aqui, concluímos que os três autores citados nos parágrafos anteriores têm em comum a anuência com o golpe de 14 de novembro de 1980 pois, como o próprio nome dado ao golpe “Movimento Libertador”, localmente, era conhecido, os povos da Guiné-Bissau estavam cansados da humilhação a que eram submetidos pelo colonialismo que Cabo Verde lhes impunham, acarretando em desonrosa situação econômica, descontentamento geral com a repressão que lhes eram imposta, a marginalização / segregação aviltante vivida, sem se falar aqui que não desfrutavam de condições de igualdade social equivalente, a existência de projetos antidemocráticos, ou seja, projetos arbitrários às suas convicções, dominantes, tiranos e até despóticos, e ademais, e sobretudo, as diferentes facões existentes dentro do P.A.I.G.C., o que violavam os preceitos pelo qual tanto lutavam. Assim, para o povo guineense, o Golpe de 14 de novembro de 1980 foi o meio viável para aniquilar definitivamente à dura, cruel e injustificável colonização a que estavam submetidos por Cabo Verde.

Todavia, de acordo com a Imprensa portuguesa, Especial Golpe de Estado - Unidade e Luta - Órgão de Informação do Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIG (1980) arquivo Mário Pinto de Andrade, apesar de o Golpe de Estado revelar-se,

claramente, uma ação anti partido, em definitivo, ao serviço da reação interna e internacional, os membros do chamado Conselho da Revolução pretendem ainda, demagogicamente, convencer-nos de que continuam seguidores do pensamento de Cabral e da linha do PAIGC quando, na verdade, os fatos demonstram, gritantemente, que voltaram as costas à linha política e ideológica do partido e que estão fazendo tudo para o estrangular. Que se veja a imprensa portuguesa e senegalesa, bem como os velhos inimigos da PAIGC que começam a fluir a Bissau, vindos de países africanos e europeus.

Não acreditamos, todavia, na ingenuidade dos autores do golpe, pois eles sabem perfeitamente que o que fizeram nada tem a ver com o PAIGC. Analisamos os atos e não as palavras que, na maior parte das vezes, não passam de declarações de intenção; e os atos, esses, dizem-nos que eles, os autores do golpe, pretendem servirem-se ainda do nome do partido, depois de o terem golpeado mortalmente na Guiné para manter um certo prestígio e uma capa de progressismo no plano nacional e internacional com o fim de ganhar tempo e consolidar o novo regime. Nada mais. É sabido que o PAIGC deixou, de facto, de ser, na Guiné, a força dirigente da sociedade e do Estado, visto que foi substituído por um Conselho de Revolução que, além de ser uma nova força dirigente, assumiu poderes legislativas e executivas supremos.

Conforme relata a Imprensa (1980) “fazemos questão de esclarecer que a situação criada por este golpe de estado é muito mais grave do que aquela que teve lugar em janeiro de 1973, com o assassinato do líder imortal da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral”. Nessa altura, ainda durante a luta armada, o golpe falhado não pusera em causa a existência do partido como força dirigente suprema nacional.

O Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 veio suspender a constituição e inviabilizar a ordem pública e social estabelecida pelo PAIGC na Guiné-Bissau, pois criou um Conselho da Revolução que substituiu aos órgãos do PAIGC e, por lei, dissolveu a Assembleia Nacional Popular - ANP, o Conselho de Estado extinguiu o governo e destituiu o Presidente do Conselho de Estado. E mais ainda, agora os autores do golpe pretendem abrir um inquérito sobre a ação do camarada Luís Cabral e levá-lo a prestar contas para ver se consegue desprestigiar o responsável máximo do partido a nível da Guiné, o secretário-geral Adjunto do PAIGC, o que equivale, com as características antiPAIGC do golpe a pôr, de uma certa maneira, o partido na Guiné no banco dos réus. Talvez seja esse o objetivo principal da reação africana ligada ao imperialismo.

Consoante a Imprensa (1980), este golpe, em verdade, é o ponto de partida de uma luta ideológica dirigida contra o PAIGC nesta sub-região africana, luta animada por forças de reação externa apoiadas na reação interna. E o golpe, veja-se bem, foi desferido precisamente onde o PAIGC estava se tornando, ideologicamente, cada vez menos resistente na Guiné-Bissau.

Convém, igualmente, assinalar um outro fato relevante: o golpe teve lugar às vésperas do início da prospeção do petróleo na Guiné e é bem possível que as ideias do PAIGC sobre as fontes de energia e o modo de utilização das riquezas basilares do país, consagradas na constituição que foi suspensa, fossem, decerto, um sério empecilho.

Por isso, temos que admitir que a dimensão deste golpe ultrapassa os limites das querelas internas da Guiné-Bissau para ser uma ofensiva global contra o PAIGC, tanto na Guiné como em Cabo Verde.

> ‘’Esta ameaça Imprensa (1980) vem transformar as dez ilhas existentes no arquipélago num verdadeiro reduto do partido onde estarão entrincheirados para defendê-lo por todos os meios. Pois, o que se pretende, em última análise, é transplantar para Cabo Verde o que os golpistas qualificaram de “reajustamento’’ feito na Guiné. O golpe de estado na Guiné-Bissau, em conformidade com os camaradas, tendo em vista suas características já reveladas, tem um cérebro que o rege por fora, assim como tem executantes por dentro. Não se pode considerar um lapso ou um ineficaz controle por parte do dito Conselho da Revolução o fato de Rafael Barbosa, um comprovado traidor da luta de libertação nacional, que colaborou com o General Spínola e a PIDE, ter sido liberto para fazer uma comunicação na rádio Bissau. Não cremos que se trata de um erro, porque o Vice-presidente desse Conselho da Revolução fez declarações dando garantias de que Rafael Barbosa será totalmente posto em liberdade. Isso sem se falar das grandes declarações de apoio feitas na rádio Conacri, exaltando o nome de Rafael Barbosa como sendo o de um grande patriota, logo ele que foi duas vezes condenado à morte por traição à Pátria. Mas isso não é inteiramente espantoso, porque já sabíamos que o maior entrave para a realização de uma Grande Guiné seria, precisamente, o PAIGC, a Unidade Guiné/ Cabo Verde ‘’ (IMPRENSA, 1980. p.11).

Os autores do golpe de estado, como é lógico, terão necessidade de consolidar o seu poder. Mas como eles renegaram, efetivamente, a linha política e ideológica do PAIGC, terão de fazer um apelo às forças estranhas a respeito da orientação política e ideológica do partido, e se sabe, realmente, se há forças anti-PAIGC. O apoio entusiástico

dado ao golpe pelas escumalhas anti- PAIGC radicadas na emigração, nomeadamente as albergadas em Portugal, na Holanda, França e no Senegal, é já um claro indício na natureza desse golpe de estado.

Estamos certos de que assistiremos, a nível da Guiné, se considerarmos o novo poder instituído, a uma unificação de todas as forças internas e externas hostis à unidade Guiné - Cabo Verde; hostis aos cabo-verdianos e à orientação política e ideológica do partido do PAIGC. Descobertos pelos serviços de segurança os planos conspirativos para o golpe, cuja execução estava prevista para domingo, 16 de novembro de 1980, os cabecilhas do golpe decidiram antecipá-lo para a noite de 14.

E, ainda de acordo com a Imprensa (1980) duas unidades das FARP participaram nas operações em Bissau: a unidade dos blindados de Brá, nos arredores da cidade, e o batalhão de Quebu, deslocado da fronteira sul para a capital.

Os golpistas escolheram um momento favorável para concretizarem os seus planos, cuja preparação se iniciou, pelo menos, a 2 de novembro, segundo posteriores declarações públicas do seu caudilho.

Com efeito, coincidiu que, para além do presidente Luís Cabral (que se deslocara a Bubaque juntamente com a família e alguns dirigentes) muitos membros da direção do partido, do Governo, das Forças Armadas e da Segurança se encontravam ausentes do país no dia do golpe, estavam em missões oficiais, em tratamento ou em férias.

Conforme a Imprensa (1980) por outro lado, o ambiente que se vivia na Guiné, particularmente, mais ou menos generalizado entre a população, era o da escassez do arroz e de outros gêneros de primeira necessidade dos trabalhadores, cujos salários não puderam beneficiá-los em razão dos aumentos causados pela inflação, além da polémica em torno da discussão da nova Constituição (aproveitadas pelos inimigos para instigar ódios contra o partido e o Governo); tudo isso foram fatores que contribuíram para a criação de um sentimento de insatisfação e de mobilização entre as massas populares. Diga-se se, também que, no seio das forças Armadas, havia elementos descontentes com os salários e com as patentes que lhes foram atribuídos.

Os golpistas escolheram, pois, um momento propício para atuar, o que, aliado aos apelos do nacionalismo estreito feito nos primeiros momentos explica, talvez, a rapidez e a facilidade do seu êxito no plano militar e as manifestações populares dos primeiros dias,

em Bissau. Mas, se o descontentamento que existia em diversos setores ilustra, em parte, o êxito do golpe, não o justifica. Quais, então, as razões que levaram um punhado de dirigentes a atrair o Partido e a enveredar pela via, sem saída, do golpe de estado?

De acordo com a Imprensa (1980) após os primeiros dias de silêncio que se seguiram ao golpe, o Conselho da Revolução no poder, enquanto proclamava a sua fidelidade ao pensamento de Amílcar Cabral e aos princípios do PAIGC, organizava uma campanha visando justificar, tanto internamente como exteriormente, a ação aventureira levada a cabo. Perante os aplausos de toda a casta de oportunistas e a eufonia dos inimigos irreconciliáveis do PAIGC, o novo regime de Bissau lançou, sucessivamente, alternando a calúnia infame e a demagogia fácil, às "teorias" do "colonialismo cabo-verdiano" "da obstrução à afirmação da identidade nacional guineense" da "unidade na igualdade", do "regresso à linha de Cabral" e dos "massacres" (de que ninguém tinha conhecimento), da "corrupção de altos funcionários" e do "caos económico", da "concentração de poderes" na nova constituição e dos "planos para liquidar certos dirigentes".

Não tendo conseguido convencer ninguém com tais argumentos, os ideólogos do Conselho da Revolução garantem, agora, que o golpe de estado não foi golpe de estado, mas apenas "um movimento reajustador", destinado a mudar um homem, o presidente Luís Cabral, "único responsável" de todos os erros e das dificuldades econômicas da Guiné-Bissau, nestes seis anos de independência. Face à pobreza destas justificações, devem ser procuradas as verdadeiras razões que fizeram mover os golpistas.

Em conformidade com a Imprensa (1980) nos últimos anos sucederam-se as afirmações de dirigentes do Partido de que o inimigo só nos poderia vencer, só poderia aniquilar o PAIGC se infiltrado, se conseguisse miná-lo por dentro. Os recentes acontecimentos na Guiné-Bissau confirmaram, tragicamente, a justeza dessa conclusão. Não adequadas, os militantes têm, hoje, a responsabilidade histórica de continuar a luta e devem fazer uma análise crítica da situação, reconhecendo com coragem os erros cometidos pelo PAIGC e extraindo, com lucidez, as lições da rica experiência da Guiné-Bissau.

O que se pretende, aqui, é antecipar esse debate indispensável, importando, no entanto, apontar algumas das carências mais graves que possibilitaram o golpe de 14 de novembro de 1980 (as mais importantes já foram denunciadas pelo secretário-geral do relatório ao CSL de junho de 1980).

Conforme a Imprensa (1980) contudo, tendo o Presidente do Conselho da Revolução, que tomou o poder em Bissau a 14 de Novembro de 1980, tentando manter a ficção de que ele e seus colaboradores não se tinham posto, pelo seu ato gravíssimo, fora do partido, algumas das mensagens trocadas entre o comandante de brigada João Bernardo Vieira e o seu secretário geral do PAIGC, camarada da Aristides Pereira, foram publicadas no jornal português "Expresso"; quem forneceu tais mensagens ao "Expresso", esse semanário não o diz, talvez por não ter sido a isso autorizado; e isto é o que faz a boa ética jornalística, não indicar a fonte fornecedora da informação. O interessante da questão é que quem forneceu ao "Expresso" essas mensagens não lhe forneceu todas as mensagens, alterou-lhes a sequência e teve o cuidado de esconder do público aquelas em que são frisadas, com clareza, as responsabilidades do atual Presidente do Conselho de Revolução da Guiné-Bissau na criação da situação que ele hoje invoca para justificar o seu golpe de estado.

Pode alguém que não abdicou da sua condição de dirigente pretender resolver com serenidade as questões internas de um partido à vista de uma certa opinião pública que até sabe-se hostil a esse partido; contudo, não é essa a questão que queremos nos aprofundar neste trabalho. E se "Unidade e Luta" foi autorizada a publicar todas as mensagens trocadas entre o Secretário-geral, camarada Aristides Pereira, e o comandante de brigada João Bernardo Vieira, é porque se alguém tem direito de delas tomar conhecimento são os militantes do PAIGC, chamados, nesta hora grave da vida do Partido, a tomar as decisões que se impõem para a continuidade da obra de Cabral e a construção de uma Pátria forte e progressiva em Cabo Verde.

Segundo a Imprensa (1980) a última mensagem do camarada Aristides Pereira ao comandante de brigada João Bernardo Vieira, na sua qualidade de chefe de um Estado independente, e não de dirigente do PAIGC, é clara sobre as razões que levaram a manutenção de um diálogo que se pretendeu construtivo "para a classificação das posições entre os dois países". A aparente abertura ao diálogo no interior do Partido por parte do Presidente desse Conselho de Revolução, que substituiu pela força a direção do PAIGC na Guiné não passava, contudo, de manobra para ganhar tempo e tirar partido da indefinição.

É assim que a atitude responsável e construtiva do secretário-geral do PAIGC é contraposta; uma atitude arrogante, de quase ultimato às explicações, incompressível, e que pretende manter a ficção de pertencer ao partido. A missão conjunta da cimeira de

Luanda, que tinha entres outras tarefas a de aplanar o caminho para a normalização das relações entre os dois países, com vista a manter a coesão do grupo dos cincos países africanos de língua oficial portuguesa, bem como para classificar os problemas levantados no interior do PAIGC pelo golpe de 14 de Novembro deparou-se, em Bissau, com um acolhimento que contrasta com as relações de fraternidade sempre existentes entre nós e os combatentes do Movimento Popular DE Libertação De Angola/ Partido do Trabalho - MPLA-PT-, do partido da Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO e do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – MLSTP.

Os autores do golpe de 14 de novembro de 1980 terão, assim, que assumir perante a História, a responsabilidade da normalidade das relações entre a Guiné e Cabo Verde, no espírito da unidade africana, para além dos danos irreparáveis que sofreu a causa da libertação do Continente com o golpe desferido contra o PAIGC. E, com o propósito de enriquecer esta pesquisa,

CONCLUSÃO

Este trabalho foi separado e dividido em três capítulos. O primeiro dividiu-se em três seções. A primeira seção apresentou a situação social e geográfica da República de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, focando nas questões de fauna, populações, grupos étnicos e religiões, como se apresentam hoje. A segunda apresentou a história da Guiné-Bissau nos períodos pré-colonial e colonial, salientando o declínio dos reinos, o impacto do tráfico negreiro e da escravidão e a colonização nessa região.

O segundo capítulo deu-se em seção única. Apresentou dois assuntos: a luta da libertação da Guiné-Bissau e a crise política e econômica em Guiné-Bissau.

O terceiro capítulo tem como título a "Crise Política em Guiné-Bissau Bissau: Golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e seu subtítulo, o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980".

Comprovou-se que os Guineenses puseram fim ao projeto de união Guiné-Bissau/ Cabo Verde, que já vinha, desde a luta de independência, através de um golpe militar que, segundo golpistas de 1980, as causas fundamentais foram a ação militar e a desunião da degradante situação económico-social do país, o desvio da linha ideológica do Partido, consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático num combate duro à aplicação do princípio de crítica e autocrítica, na deturpação do princípio da Unidade Guiné-Bissau / Cabo Verde, e na introdução do divisionismo no seio dos militantes, responsáveis e dirigentes. E, por outros motivos fundamentais, está o fuzilamento de mais de 150 pessoas na região de Farim no interior do País, e a centralização de poder de um certo número das pessoas chamadas "elites cabo-verdianas".

Os guineenses não confiavam nos funcionários cabo-verdianos e mestiços guineenses, uma vez que estes já faziam parte do aparelho administrativo colonial, pois, se hoje o regime colonial português ganhou a fama de ser tão atroz e cruel, é porque os cabo-verdianos o fazia ser. Eram eles que faziam parte de um grupo militar chamados "cipais" e que recebiam as ordens de castigar e forçar todos os guineenses que se

recusassem a trabalhar e pagar os impostos. Em resumo, os guineenses estavam com os traumas provocados pelos cabo-verdianos na época colonial.

As principais causas da crise política de 1980, têm a ver com os choques ideológicos, e estes choques como são do conhecimento geral, acabaram em fuzilamentos nas matas de Mansabá, Cumere e Portogle. Estima-se que mais de meio milhar de compatriotas pereceu nas mãos da política do regime e dos militares entre 1974 e 1980. Aqueles que conseguiram escapar procuraram refúgio no vizinho Senegal e/ ou em Portugal. Os familiares dessas pessoas nunca se conformaram, e isso gerou um ódio muito grande entre os compatriotas guineenses. Outra crise tem a ver com a centralização de poder de certo número de pessoas violando os princípios do partido.

O falhanço do Estado socializante que inaugurou a primeira República (1975-1980), não ocorreu somente no aspeto particular do domínio econômico, mas também na tentativa de conversão de agricultura e no alojamento de unidades industriais ligados ao setor primário. Por detrás de todos esses insucessos, podemos apontar, em primeiro lugar, os fracos ou inexistentes incentivos à agricultura, cujos resultados imediatos poderiam ter contribuído para fixação dos camponeses às suas terras, o que não chegou acontecer pela falta de interesse por parte do Estado. Essas eram as causas de crises políticas e econômicas.

O segundo fator teve relevância com a falta das chuvas, os consequentes maus anos agrícolas e a continuação de uma política bem idêntica à anterior, onde o regime colonizador (baixo preço dos produtos e a desvalorização da moeda) também veio contribuir para o fracasso das políticas agrícolas encetadas durante a I República. Em terceiro lugar e ligado ao segundo aspeto, o elevado custo da monopolização e das importações e exportações por parte do estado na tentativa de tirar dividendos, cujas consequências conduziram à pronta reação das camponesas; estes começaram a comercializar os produtos que muita falta faria à nascente indústria nacional nos países vizinhos, e assim abandonaram, pura e simplesmente, os campos e fixaram-se nos grandes centros urbanos.

Concluímos dizendo que este trabalho nos permite a uma compreensão sobre a crise política da Guiné-Bissau, as causas dessa crise e o porquê de os guineenses e cabo-verdianos terem posto fim à união que já vinha surgindo desde o processo de luta da

libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, bem como do porquê de os guineenses não confiarem nos funcionários. Cabo-verdianos e mestiços guineenses, já faziam parte do aparelho administrativo colonial.

Ainda podemos mencionar que este trabalho também nos ajudou a descobrir fatos que desconhecíamos e tirou algumas de nossas dúvidas, bem como nos ajudou a encontrar respostas sobre as nossas perguntas anunciadas no objetivo desse trabalho; em outras palavras, acreditamos ter atingido o objetivo a que nos propusemos na realização deste estudo.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, ELISA SILVA, *As Ilhas de Cabo Verde da "Descoberta" à Independência Nacional: 1460-1975*, Paris, L'Harmattan, 1996.

ARENDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

AUGEL, J. "Democratização e a formação de elite". In: AUGEL, J., CARDOSO, C. (orgs). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensinos*. Bissau: Instituto de Estudos e Pesquisa-INEP, 1996. P.139-151.

AUGEL, Parente Moema. *O desafio do escombro: Nação, identidades e pos-colonialíssimo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

BALENO, ILÍDIO CABRAL, "Povoamento e formação da sociedade," in ALBUQUERQUE, LUÍS DE & SANTOS, MARIA EMÍLIA MADEIRA (COORDS.), *História Geral de Cabo Verde, (Vol. 1)*, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 125-177.

BARATA, ÓSCAR SOARES, *O povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé, in Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano letivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 922-958.

BATALHA, LUÍS, "A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário", in CARVALHO, CLARA & CABRAL, JOÃO DE PINA (COORDS.), *A Persistência da História: Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 191-225.

BRÁSIO, ANTÓNIO, "Descobrimento, Povoamento, Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde", in *Revista Studia*, Nº 10, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Julho1962, pp. 49-97.

CABRAL, AMÍLCAR, *Análise de Alguns Tipos de Resistência*, Bolama, Imprensa Nacional, 1979.

CABRAL, AMÍLCAR, “Em Defesa da Terra II”, in *Boletim de Propaganda e Informação*, Ano I, 1949, pp. 15-17.

CABRAL, AMÍLCAR, *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974.

CASSAMA, Daniel, Júlio Lopes Soares, *Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde*, Araraquara, São Paulo, 2014.

CESÁR, Carlos, *História de Cabo Verde: Um relato de resiliência e Cultura*. Horizonte Histórico, 2006.

CORTESÃO, JAIME, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Edições Arcádia,1962.

DJALÓ, Tcherno. *O mestiço e o poder: Identidades, dominações e resistências na Guiné-Bissau*. Nova Veja: 2012.

FERNANDES, Monteiro Conceição da Antero. *Guiné-Bissau e Cabo Verde: da Unidade à Separação*. Porto: 2007.

GIL, Carlos Antônio. *Como fazer a pesquisa científica?* São Paulo: 2010.

GRAÇA, CAMILO QUERIDO LEITÃO DA, *Cabo Verde: Formação e dinâmicas Sociais*, Praia, Instituto da Investigação e do Património Culturais e Autor, 2007.

GRAÇA, PEDRO BORGES, *A Construção da Nação em África*, Coimbra, Almedina, 2005.

GRAÇA, PEDRO BORGES, “A Identidade Nacional Portuguesa”, in *Elvas Caia: Revista Internacional de Cultura e Ciência*, Nº 3, Colibri/Câmara Municipal de Elvas, 2005.

GRAÇA, PEDRO BORGES, “Fundamentos Culturais dos Países Africanos Lusófonos: O Legado Colonial”, in *africana*, Nº 18, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, 1997, pp. 59-79.

GRAÇA, PEDRO BORGES, “O Africanismo Lusófono”, in AAVV, *Conjuntura Internacional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996, pp. 287-300.

HERNANDES, Leite Leila. *África na sala da aula: Visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

História e estatutos de PAIGC, disponível em : www.paigc.org

SANTOS, Maria Emília Madeira, (coord.), *História Geral de Cabo Verde: Volume III*, Lisboa: Praia; Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos de História com Cartografia Amiga; Instituto Nacional de Investigação. Produtos e Património Culturais de Cabo Verde. 2002.

KI-ZERBO, Joseph. ‘’Introdução geral’’. In: *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2010.

LOPES, Carlos. *Desafios contemporâneos da África: O legado de Amílcar Cabral* São Paulo: ed. UNESCO, 2012.

LOPES, JOSÉ VICENTE, “As origens históricas da reivindicação da Independência”, in *Cultura: Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Número Especial, Praia, INIC, setembro 2001, pp 9-25.

LOPES, JOSÉ VICENTE, *Cabo Verde: As causas da Independência: (e o estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*, Praia, Spleen, 2003.

M’BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações. Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II- Lisboa: Coimbra; 2007.

M’BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações. Tomo II - Do século XIX até nossos dias*. Salvador: UFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. [Capítulos: A África Independente; os caminhos da emancipação].

MADEIRA, JOÃO PAULO CARVALHO E BRANCO, *Nação e identidade: A singularidade de Cabo Verde*, Lisboa, 2015.

MATEUS, Dalila C., *A Luta pela independência. A formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Inquérito 1999.

MAZRUI, Ali A., "Introdução" In: MAZRUI, Ali A., WONDDJI, Christopher (ed.). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.1-29.

MENDY, Peter Caribe. *Colonialismo português em África: tradição de resistência na Guiné-Bissau, (1875-1958)*. Bissau, INEP, 1994.

MOURÃO, Ellery Daniele. *Identidades em Trânsito, África "na pasajen": Identidades nacionalidades guineenses e cabo-verdianas*. Campinas, 2009.

O. RANGER, Terence. *Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista*. 1969.

REIS, Pereira Elisa, PERISSONOTT, Moseff Renato. *História e Sociologia: um par necessário*. Paraná: 1999.

ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, 1996.

SEMEDO, Jorge Rui. *O Estado da Guiné-Bissau e os Desafios político-institucionais*. São Paulo: 2011.

SOUSA, Soares Julião. *A destruição de um país: Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional*. Coimbra: 2012.

SOUSA, Soares Julião. *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. Cidade de Praia, 2013.

VILLEN, Patrícia. *Amílcar Cabral e a Crítica ao Colonialismo: Entre harmonia e contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FONTES

IMPRENSA, Especial golpe de Estado unidade e luta, órgão de informação do conselho nacional de Cabo Verde do PAIGC, Arquivo Mário de Andrade Soares, 1980.

http://www.casacomum.org

ANEXOS

Apresentamos abaixo, algumas das mensagens trocadas entre o Comandante de Brigada, João Bernardo Vieira e o Secretário-Geral do PAIGC, camarada Aristides Maria Pereira, e que foram publicadas pelo Jornal Semanário Português 'Expresso', a saber:

> Ao camarada Aristides Pereira
> Secretario Geral do PAIGC e Presidente da República do Cabo Verde
> Camarada Secretario Geral
> De acordo com a (IMPRENSA, 1980), perante a grave situação que se criou durante os últimos tempos cujo desfecho era imprevisível capaz de provocar consequências irreparáveis pondo em causa a nossa revolução os objetivos e a linha do pensamento do nosso Saudoso Camarada Amílcar Cabral fomos obrigados, respondendo aos anseios do povo, no dia 14 do corrente mês de novembro, tomar as medidas que a situação impunha.
> A integridade física do ex-Presidente do Conselho de Estado, Luiz Cabral e de sua família encontra-se garantida pelo Concelho da Revolução. A situação encontra-se normal em toda extensão do território nacional. Não houve efusão de sangue nem quaisquer atos de vingança. Todos os cidadãos cabo-verdianos que se encontram na República de Guiné-Bissau não foram vítimas de quaisquer atos.
> Permanecemos fiéis aos princípios e linha objetivos traçados pelo saudoso Camarada Amílcar Cabral e expressamos a nossa firme determinação de continuar a desenvolver os laços históricos que unem os nossos dois povos. Saudação Revolucionárias. Pelo Concelho de Revolução. JOÂO BERNARDO VIEIRA (NINO).

> Camarada João Bernardo Vieira (NINO)
> Comandante de Brigada
> Membro da Comissão Permanente e Presidente
> Do Concelho nacional da Guiné-Bissau do PAIGC
> BISSAU
> Acabo de receber a tua mensagem ansiosamente aguardada. Pelo teor da mesma constato pelas tuas palavras que apesar do ato gravíssimo cometido contraprincípios e fundamentos, nosso partido não há abandono total princípios linha objetivos traçados pelo Saudoso Camarada Amílcar Cabral Stop. Quero deixar bem claro que

golpe de estado nunca foi método do PAIGC para resolução dos nossos problemas internos, possuindo o partido órgãos eficazes para esse efeito Stop. Sejam quais forem problemas políticos econômicos ou sociais que prevaleçam atualmente na Guiné, são da responsabilidade todos dirigentes nacionais, nada justifica atos políticos de rebeldia às instituições causando mortos feridos e desaparecidos nomeadamente membros do Conselho Superior da Luta do Comité Executivo da Luta da Comissão Permanente e substituição das instâncias do partido por um Conselho de Revolução estranho ao nosso Partido política e ideologicamente indefinido Stop Frente a um ato que provocou desvios tão graves da nossa linha e que revelou uma evidente falta de confiança da tua parte na minha pessoa apesar dos laços profundos que nos uniram durante tantos anos é minha opinião que isso exige uma explicação leal e responsável da tua parte Stop A tua mensagem e conteúdo dos comunicados do Conselho da Revolução levantaram no meu espírito algumas interrogações: como conciliar a tua posição expressa de fidelidade de a Cabral com as declarações desse Conselho de Revolução? Em que é que o PAIGC tem travado a afirmação da identidade nacional do povo da Guiné? Em que é que o PAIGC tem impedido que o povo da Guiné seja senhor dos seus destinos? Que pensar Nino da fidelidade devido aos nossos mártires como Domingos Ramos, Guerra Mendes, Chico, Pansau, Victorino, Rui, Corka, Saco Vaz, Titina, Justino Lopes, Jaime Mota e tanto outros camaradas que morreram pelos ideais comuns do PAIGC? Devemos esquecê-los debaixo dos sete palmos de terra que cobrem seus corpos? Quero reafirmar-te que igualmente sinto-me responsável pela segurança física e moral de todos os nossos companheiros de luta guineenses ou cabo-verdianos e especialmente daqueles que são membros da direção do nosso partido a quem os nossos povos muito devem pelo seu sacrifício e dedicação Stop Embora na situação criada seja valida a garantia pela integridade física do camarada Luiz Cabral ela é insuficiente Stop Torna-se necessário garantir ainda a sua liberdade e todos os seus direitos inerentes a sua condição de combatente da pátria Stop. Confio que tu Nino em que depositei tanta confiança e esperança saberás repor as coisas no seu devido lugar para que o diálogo entre nós possa continuar Stop A história não perdoará qualquer outra saída Stop Saudações Fraternais. ARISTIDES PEREIRA. Secretário-Geral PAICG. Praia, 17/11/80. (IMPRENSA, 1980. p.17).

Presidente República Cabo Verde-Praia
Camarada Secretario Geral

Recebemos a vossa mensagem de 16 do corrente relativo aos acontecimentos de 14 de novembro cujo conteúdo nos estranhou profundamente Stop Informamos que a situação que se criou ultimamente no país atingiu proporções insustentáveis que nos levaram a agir daquela forma Stop. É do pleno conhecimento do camarada secretário-geral do partido as atitudes do camarada Luiz Cabral nas soluções dos problemas do estado e da Nação Stop A atitude passiva do Camarada Secretário-geral do Partido perante comportamento e posições antidemocráticos do camarada Luiz Cabral contribuiu largamente para deterioração da situação no país Stop. Durante a reunião extraordinária segunda legislatura da ANP para aprovação da futura constituição de maneira, mas inaceitável e antidemocrática o camarada Luiz Cabral, confiante do poder que detinha, influenciou certos quadros que impediram os deputados de tomar parte ativas nas discussões da constituição Stop Todos os factos acima mencionados são bem conhecidos do camarada secretário-geral e das instâncias superiores do partido Stop. As últimas reuniões da comissão permanente do CEL e do próprio CEL não abordaram com seriedade a situação real que prevalecia na Guiné-Bissau Stop. O camarada secretário-geral do partido, primeira figura da nossa orientação política, não teve coragem política suficiente nem agiu de acordo com a responsabilidade que detém e que o momento exigia para pôr a discussão a situação que se deteriorava cada vez, mais na Guiné-Bissau Stop Reafirmamos ao camarada secretário-geral que os acontecimentos do 14 de novembro nada têm contra linhas e pensamento do saudoso Amílcar Cabral e os fundamentos do partido Stop Prosseguiremos de maneira irreversível a nossa marcha iniciada no 14 de novembro dentro do mesmo espírito partidário Stop. Estamos prontos e abertos para discursões com o camarada secretário-geral sobre os acontecimentos de 14 de novembro e a continuação da obra que nos legou Amílcar Cabral Stop Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada e o camarada secretário-geral poderá daí tirar as conclusões que entender Stop Os elementos que participaram no processo do 14 de novembro e que constitui o Conselho de Revolução não são pessoas estranhas ao Partido Stop São verdadeiros militantes, responsável e dirigentes do Partido conscientes dos seus deveres cívicos e políticos Stop O pensamento dos heróis nacionais como Domingos Ramos Pansau Isna. Titina Silá tantos outros que tombaram pelos ideais do PAIGC ficará sempre presente nos nossos espíritos e corações Stop. João Bernardo Vieira. Presidente do Conselho de Revolução. Bissau, 17 de novembro de 1980. (IMPRENSA, 1980. p.19).